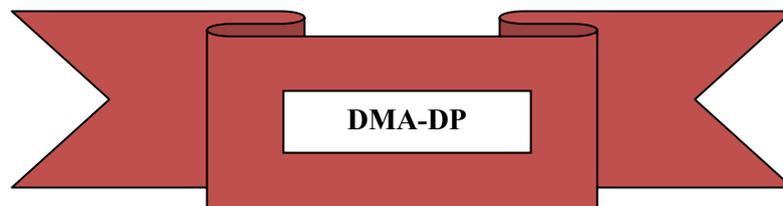


2020

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

DIRECÇÃO DO PLANEAMENTO

[RELATÓRIO DE MONITORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2020]



Sumário

Lista de abreviaturas e acrónimos.....	4
Índice tabelas e gráficos.....	6
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
I. Nota introdutória.....	10
II. Contexto Internacional.....	11
2.1 <i>Economias Avançadas</i>	11
2.2 <i>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</i>	11
2.3 <i>Preço das Matérias Primas</i>	12
III. Contexto Nacional.....	13
3.1 Economia Nacional.....	13
3.1.2 Produção.....	13
3.1.3 Inflação acumulada.....	14
IV. Análise Geral do Desempenho.....	15
V. Análise de desempenho por eixos.....	16
Eixo I - Aprofundamento do Estado de Direito Democrático.....	18
Justiça.....	19
Defesa e segurança pública.....	20
Administração Pública.....	20
Comunicação Social.....	20
Poder Local.....	20
Eixo II. Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego.....	24
Reforma das finanças públicas.....	24
Financiamento da economia.....	28
Estatística.....	29
Ambiente negócios.....	31
Promoção e Atração de investimentos.....	32
Comércio.....	34

Indústria	35
Cultura.....	36
Agricultura	37
Pecuária	43
Pesca.....	44
Floresta e gestão sustentável dos recursos	45
Turismo	47
Água e saneamento	48
Energia	49
Poder Local	50
Eixo III- Melhoria da Qualidade de Educação, Saúde e Proteção Social	55
Educação	55
Saúde.....	61
Proteção Social.....	62
EIXO IV- Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento	73
Negócios Estrangeiros e Cooperação.....	73

Lista de abreviaturas e acrónimos

ANCI	Agência Nacional de Cooperação Internacional
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APE	Acordo de Parceria Económica
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BTL	Bolsa de Turismo de Lisboa
CADR	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário
CCAIS	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CFPSTP	Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CMC	Comunicação para Mudança de Comportamento
CNQ	Comitê Nacional de Qualidade
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa
CPP	Contrato de Partilha de Produção
DAFs	Direção Administrativa e Financeira
DCI	Direção de Cooperação Internacional
DP	Direção do Planeamento
DO	Direção do Orçamento
ENASA	Empresa Nacional de Segurança Aérea
EPAS	Estratégia Participativa de Água e Saneamento
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GIME	Grupo de Interesse e Manutenção de Estradas
GMN	Guiché de Mise a Niveau
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico
IG	Indicação Geográfica
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
INAE	Instituto Nacional de Estradas
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITB	Internationale Tourismus-Börse
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
MPFEA	Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMD	Objetivo do Milénio para o Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
PI	Propriedade Intelectual
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PAC	Programa Anual de Cooperação
PAGEF	Projeto de Apoio à Gestão Económica e Financeira
PEC	Plano Estratégico de Capacitação
PIP	Programa de Investimento Público
PIC	Programa de Investigação Criminal

PIQAC	Programa de Infraestruturas de Qualidade da África Central
PN	Polícia Nacional
p.p	Pontos Percentuais
PRIASA	Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar
PRMN	Programa Regional de Harmonização das Empresas
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SENAPI	Sistema Nacional de Propriedade Intelectual
SNPCB	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
STP	São Tomé e Príncipe
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação
TDR	Termo de Referência
UPDE	Unidade de Proteção dos Dirigentes do Estado
VMS	Sistema Satélite de Monitorização das Embarcações
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Índice tabelas e gráficos

Tabela nº 1- Eixos e objectivos do Programa do Governo/GOP	7
Tabela nº 2 - Taxa de crescimento do PIB por sector	13
Tabela nº 3 - Execução do PIP segundo domínio e eixos das GOP 2020.....	177
Tabela nº4 - Eixos prioritários de política da justiça	Erro! Marcador não definido.
Tabela nº 5 - Objectivos específicos do Plano Estratégico dos Registos e Notariado 2017-2019.....	188
Tabela nº 6 - Matriz de política Marítima.....	19
Tabela nº 7: Indicadores e metas – Aprofundamento do Estado de Direito Democrático.....	222
Tabela nº 8 - Matriz de política de finanças públicas	255
Tabela nº 9 - Matriz de políticas públicas de desenvolvimento estatísticos	300
Tabela nº 10 - Matriz de política públicas de desenvolvimento do sector privado.....	322
Tabela nº 11 - Matriz de políticas públicas de comercio	344
Tabela nº 12 - Pedidos de marcas nacionais e internacionais	366
Tabela nº 13 – Número de Licenças e Alvarás revalidados.....	366
Tabela nº14 - Matriz de política públicas de cultura.....	37
Tabela nº 15 - Matriz de políticas agrícolas.....	39
Tabela 16 – Volume de produção das culturas de exportação.....	422
Tabela 17 - Projecto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar II, 2015.....	433
Tabela nº 18 - Produção interna de carnes 2019-2020 (em toneladas).....	444
Tabela nº 19 - Importação de pintos	444
Tabela nº 20 - Matriz de política públicas das pescas.....	444
Tabela nº 21 - Matriz de políticas públicas florestal.....	466
Tabela nº 22 - Matriz de políticas públicas de turismo	478
Tabela nº 23 - Matriz de políticas públicas de água e saneamento	490
Tabela nº 24 - Indicadores e metas - Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego	512
Tabela nº 25 - Matriz de política pública educativa.....	590
Tabela nº 26 - Matriz de política de saúde.....	612
Tabela nº 27 - Matriz de política de protecção social.....	645
Tabela nº 28 - Indicadores e metas - Melhoria da Qualidade de Saúde e Protecção Social.....	667
Tabela nº 29 - Indicadores e metas - Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento	734
Tabela nº 30 - Matriz de políticas de cooperação e negócio estrangeiro	Erro! Marcador não definido. 5
Gráfico nº 1: Crescimento económico internacional.....	111
Gráfico nº 2: Inflação	

anual.....144

SUMÁRIO EXECUTIVO

Ao abrigo da Alinea nº1 do Artigo 16º “acompanhamento e avaliação dos Planos” da Lei nº6/2017, Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento é elaborado o presente relatório que reflete a implementação das Grandes Opções do Plano (GOP) de 2020, o segundo ano do Programa do XVII Governo (PG), empossado em 03 de Dezembro de 2018.

Tabela nº 1- Eixos e objectivos do Programa do Governo/GOP

Aprofundamento do Estado de Direito Democrático	<ul style="list-style-type: none">• Reorganizar o Estado, fortalecer a democracia, reforçar as instituições no plano nacional, regional e autárquico;• Criar capacidades para preservar a “soberania, a operacionalidade da acção do Estado, salvaguardar as liberdades, a vontade popular, a justiça social, a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos”.
Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego	<ul style="list-style-type: none">▪ Implementar um modelo de desenvolvimento que tira partido da localização geoestratégica do país, para transformar-se numa plataforma de prestação de serviços à região, ancorado no dinamismo do setor privado e na agilidade da Administração Pública.▪ Relançar o crescimento económico e gerar emprego;
Melhoria da qualidade de saúde e proteção social	<ul style="list-style-type: none">▪ O direito à proteção da saúde, educação e a segurança social são direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Sector com impacto directo na qualidade de vida dos santomenses e na formação do capital humano.
Política externa ao serviço de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">▪ Afirmação da política externa enquanto eixo fundamental de realização dos objectivos de governação;▪ Melhorar a participação na cena política internacional e integração da diáspora;▪ Reforçar a inserção do país nas economias regional e internacional e aumentar a ajuda externa.

Fonte: Programa do XVII Governo, 2019

Em 2020, as GOP/PG foram implementadas num contexto em que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constituiu uma Emergência de Saúde Pública Internacional (ESPII), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 30 de Janeiro, em Genebra, na Suíça. Neste contexto e em face da pandemia, o Governo na base do Decreto Presidencial nº03/2020, declarou o Estado de Emergência em Saúde Pública em todo o país, na sequência da Resolução nº 67/XI/3ª/2020 da Assembleia Nacional.

Com efeito, a nível nacional, foi elaborado e adotado um plano nacional de preparação e resposta à pandemia que levou à introdução de medidas preventivas e de contenção. Entre as medidas adotadas

durante o ano 2020 no contexto do Estado de Emergência, merecem destaque: (i) Fecho de todas as fronteiras; (ii) Suspensão de voos de entrada e saída do país; (iii) Proibição de funcionamento de todos os locais de entretenimento e eventos, além de encontros públicos e privados; (iv) Suspensão das aulas em todas as escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário; (v) Obrigatoriedade de implementação de medidas de prevenção em todas as instituições públicas, privadas e nos transportes de passageiros, tais como uso de máscara, lavagem frequente das mãos com água e sabão ou desinfetação com solução de álcool gel, distanciamento físico no mínimo de 1,5 metros . Concomitantemente, o Governo adoptou um conjunto de *Medidas Económicas e Financeiras de mitigação aos efeitos da Pandemia COVID-19 em São Tomé e Príncipe*. Estas medidas abrangeram tanto sectores público como privado principalmente os da Saúde, Turismo, Hotelaria e Restauração, Agropecuário, Pesca, transformação, actividades informais, Protecção Social e Banco Central. Ainda neste quadro o Banco Central de São Tomé e Príncipe, na base da Lei nº4/2020, implementou “Medidas Orçamentais Extraordinárias” para fazer face à pandemia do COVID-19, e o Decreto-Lei nº7/2020, que regulamenta a referida Lei no contexto da Pandemia COVID-19.

A nível mundial, a economia sofreu uma recessão de 3,5%, um crescimento negativo em comparação com o ano 2019 (2,8%). Os dados estimados do relatório do FMI actualizado, World Economic Outlook de Janeiro 2021, demonstraram que o desempenho económico mundial em 2020 foi marcado por uma recessão na maior parte das economias.

Relativamente às principais realizações por eixos das GOP, ao nível do eixo I, *Aprofundamento do Estado de Direito Democrático*, as principais realizações visaram o reforço institucional dos diversos domínios da Justiça, com realce para o i) apetrecho da Polícia Judiciária com materiais de Laboratório de Investigação e meios de transporte com vista a melhoria a sua performance; ii) reabilitação e apetrecho do Tribunal de Lembá; iii) validado o novo Plano Estratégico Nacional de Luta contra Violência Baseada no Género 2019/2023.

De igual modo, foi desenvolvido pela Direcção do Registo e Notariado, o Sistema Integrado do Registo de Propriedade que permite maior fiabilidade e segurança dos dados.

No eixo II, *Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego*, destaca-se a prestação de serviços públicos básicos em que um pacote de medidas de mitigação e recuperação socioeconómica quantificou as necessidades financeiras para garantir a prestação de serviços públicos básicos, e incluiu medidas para fortalecer a resiliência da economia local, previu a expansão das redes de protecção e segurança social, especialmente para as famílias mais pobres e vulneráveis. Também se introduziu medidas para melhorar a higiene coletiva, seja em espaços públicos ou edifícios, mas também em relação às condições de trabalho nos sectores formal e informal e assegurar a manutenção de stocks de produtos

essenciais importados (nomeadamente medicamentos e produtos alimentares básicos). O Banco Central e os parceiros internacionais, nomeadamente o FMI e o BAD, intervieram para apoiar a liquidez financeira na economia, através da abertura de linhas de crédito garantidas ao sector privado.

No que concerne ao eixo III, *Melhoria da qualidade de educação, saúde e proteção social*, é de se destacar o seguinte: i) Medidas especiais para fazer face à emergência de saúde; ii) Plano socioeconómico para fazer face aos desafios mais amplos apresentados pela pandemia. O Ministério da Saúde diligenciou no sentido de assegurar as condições sanitárias nos hospitais e em todos os centros de saúde, incluindo, a Região Autónoma do Príncipe.

O desenvolvimento de um Plano Nacional de Contingência para reforçar a capacidade do setor da saúde e responder a emergência por meio da aquisição de insumos médicos, kits de teste Covid-19, equipamentos de teste e de laboratório, contratação de especialistas em saúde e laboratórios especializados bem como o estabelecimento de um hospital de campanha com 50 leitos.

No que respeita à Educação, foram elaborados uma estratégia e um plano operacional de proteção de mais de 30 mil crianças e adolescentes e procuraram assegurar a continuidade da aprendizagem durante o encerramento das escolas e garantir que as condições de acesso às TIC fossem garantidas. Foi concebido um pacote de ajuda em géneros alimentícios e materiais didáticos às famílias mais vulneráveis até que o ensino em sala de aula pudesse ser retomado.

Como consequência dos efeitos das medidas de mitigação e combate a pandemia, no mês de Junho, o *Estado de Emergência em vigor foi alterado para o Calamidade e em Outubro para o estado de Alerta*, o que permitiu a reabertura de escolas, mas com um horário adaptado e número de alunos reduzido por salas de aulas. O aeroporto foi reaberto e alguns voos internacionais foram retomados. No entanto, devido à crise económica, a maioria das medidas de apoio económico foi prorrogada até o final de 2020.

I. Nota introdutória

O presente documento “Relatório de monitoria das Grandes Opções do Plano (RMGOP) de 2020” reporta os resultados obtidos das Grandes Opções do Plano (GOP 2020).

O RMGOP é um instrumento que visa a materialização dos objetivos do Programa do Governo (PG) 2018-2021, o segundo ano do Programa do XVII Governo (PG), empossado em 03 de Dezembro de 2018.

O documento está estruturado em 5 capítulos, sendo o primeiro a Introdução. O segundo capítulo aborda a evolução da economia internacional, que descreve o ambiente envolvente a nível mundial e analisa o seu impacto na Economia Nacional.

O terceiro capítulo apresenta o contexto nacional, no qual é descrito o ambiente interno que condicionou a implementação das Grandes Opções do Plano (GOP).

No Quarto capítulo é feita a análise geral do desempenho da implementação das GOP.

O quinto capítulo apresenta a Análise de desempenho por eixos das GOP e evolução de indicadores de respetivos eixos.

Considera-se o relatório possível na conjuntura atual, marcada pelas dificuldades resultantes da ausência de Gabinetes de Estudos, Planeamento e Seguimento setorial para o acompanhamento do processo.

II. Contexto Internacional

Os dados estimados do relatório do FMI actualizado, World Economic Outlook de Janeiro 2021, demonstraram que o desempenho económico mundial em 2020 foi marcado por uma recessão na maior parte das economias.

A **economia mundial** no ano em análise sofreu uma recessão de 3,5%, um crescimento negativo em comparação com o ano 2019 (2,8%).

2.1 Economias Avançadas

As **economias avançadas**, nomeadamente a dos Estados Unidos da América e da União Europeia também sofreram uma recessão.

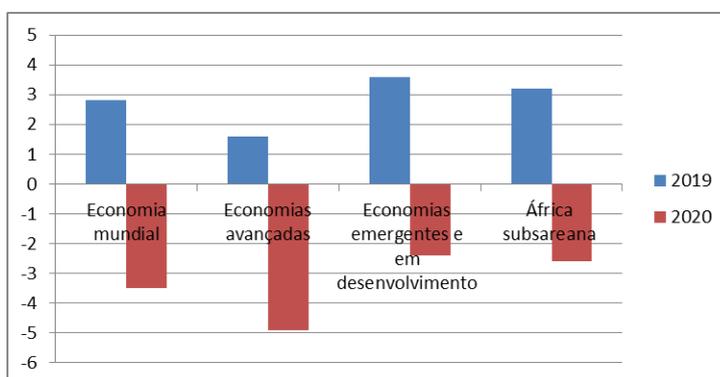
As economias avançadas registaram um crescimento negativo de 4,9%, uma recessão em comparação com o ano 2019 (1,6%). Os Estados Unidos da América registaram -3,4% e a União Europeia -7,2%, em comparação com o ano 2019 (2,2% e 1,3% respectivamente).

2.2 Economias Emergentes e em Desenvolvimento

O mesmo acontece com as Economias Emergentes e em Desenvolvimento que registaram uma receção comparando com o ano 2019 como indica o gráfico 1. A economia chinesa foi à exceção e registou uma desaceleração em 2020 (2,3%), menos 3,7 p.p em relação a 2019.

A África Subsareana também registou uma recessão em relação a 2019 (3,2%), registando uma variação de -2,6%.

Gráfico nº 1: Crescimento económico internacional



Fonte: WEO janeiro 2021

2.3 Preço das Matérias Primas

O preço médio do petróleo bruto em 2020 (janeiro a dezembro) registou 41,3 dólares por barril, baixou 20,1 dólares/ barril em comparação com o preço registado em 2019 (61,4 \$/ barril).

Quanto ao preço do cacau e do café os mesmos aumentaram USD 2,37 /kg e USD 3,32 /kg respetivamente.

A inflação dos preços ao consumidor nas economias avançadas registara 0,7%, menos 0,7 p.p em relação a 2019. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a inflação em 2021 atingiu 5%, uma diminuição de 0,1 p.p em comparação com o ano 2019.

III. Contexto Nacional

3.1 Economia Nacional

3.1.2 Produção

As estimativas recentes do INE aponta para um crescimento do PIB de 3,1% para 2020, acelerando 0,9 p.p face a 2019, De acordo com a estrutura das contas nacionais, os impostos sobre produtos lideraram a contribuição para o aumento do PIB (22,9%), a seguir, Administração Pública, Defesa e Segurança Social (13%), Saúde (5%), Educação (5,6%) e Construção (5,8%). De notar que a actividade de construção foi a que mais expandiu (de 0,6% em 2019 para 5,0% em 2020) devido ao aumento dos investimentos públicos (+62,1%), mas sua pequena magnitude na estrutura do PIB não permitiu liderar a contribuição para o crescimento, destaca-se igualmente que a recessão de -16,2% das actividades de hotelaria e restauração não contrariou nem anulou o crescimento dos outros sectores por se tratar de um sector pequeno representado apenas (4,6% do PIB).

Apesar do crescimento observado em 2020, espera-se um abrandamento do PIB para 2,6% em 2021 resultante da diminuição dos donativos para o financiamento das despesas públicas para o presente ano.

Tabela nº 2 - Taxa de crescimento do PIB por sector

	2016	2017	2018	2019	2020	2021**
PRODUTO INTERNO BRUTO	4,16	3,85	2,95	2,21	3,09	2,13
Sector Agropecuário e Pesca	1,99	1,57	-3,34	0,95	-1,06	0,56
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	0,66	2,51	-0,55	4,91	2,54	3,83
Pescas	3,56	0,46	-6,98	-3,98	-6,57	-4,04
Actividade Extractivas	1,81	2,10	0,51	1,28	4,01	-1,17
Sector das Indústrias	6,13	2,95	0,82	0,69	4,35	3,21
Indústrias Transformadoras	11,35	0,96	-1,46	1,13	3,33	4,92
Produção e Distribuição de Electricidade, Gas e	4,85	8,54	8,06	0,11	3,78	3,66
Construção	1,60	2,14	-0,82	0,58	5,81	1,13
Sector de Serviços	4,32	4,56	3,00	3,18	2,17	1,71
Comércio	4,58	3,24	-0,07	0,35	1,36	0,12
Alojamento e Restauração (Restaurantes e	11,10	7,61	7,23	7,78	-16,23	0,18
Transportes, Armazenagem e Comunicações	0,69	5,56	6,56	1,36	-0,55	2,59
Actividades Financeiras	4,67	3,85	1,89	3,27	0,62	1,24
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços						
Prestados a Empresas	4,75	4,47	2,00	3,46	-0,03	0,06
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	2,00	2,00	2,00	10,00	13,00	2,57
Educação	12,39	11,68	7,96	3,36	5,61	7,84
Saúde e Acção Social	2,01	2,01	2,01	2,01	6,12	-0,39
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e						
Pessoais	6,21	6,21	6,21	6,21	0,21	1,08

Fonte INE. Projecção UM

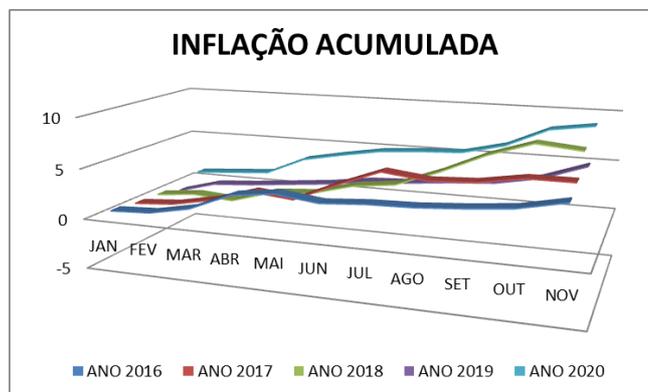
3.1.3 Inflação acumulada

O comportamento da taxa de inflação nos últimos 4 anos tem apresentado uma tendência crescente (5,1% em 2016 e 7,7% em 2019). Este aumento da inflação foi devido o aumento de preço de combustível, a crise energética, e sobre aumento da pluviosidade que tem afectado a produção local de alguns produtos alimentar.

No ano de 2020 a taxa de inflação foi de 9,4% valor superiores ao período homologo que foi de 7,7% um aumento de 1,7 p.p, tendo como causa as medidas tomadas pelo Governo para a não propagação da pandemia de COVID-19 que afectou fortemente o sector de turismo/hoteleira bem como, as empresas e toda as actividades económicas no país.

Embora esta situação pandémica, o Governo vem promovendo algumas acções que visam incentivar, o crescimento da economia que contribuirá certamente para minimizar o efeito dos preços dos produtos importados e, deste modo, alcançar em 2021 o objectivo de inflação menor do que se registou em 2020.

Gráfico nº 2: Inflação Anual



Fonte: INE

Espera-se em 2021 uma taxa de inflação acumulada na ordem dos 7,8%, e para o ano 2022 de 6,6% (fonte de dados BCSTP).

IV. Análise Geral do Desempenho

Em 2020, a prioridade da acção governativa estava orientada para a consolidação dos progressos registados em 2019 nos diversos sectores da actividade produtiva e social. Os domínios prioritários de intervenção assentaram-se fundamentalmente nas áreas de i) infra-estruturas, com destaques para as infra-estruturas de transportes de captação e distribuição de água às populações; ii) melhoria na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica às populações; iii) reforço e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis; iv) reforma nos sectores da Justiça, v) Finanças Públicas e Ambiente de Negócios, bem como a melhoria dos cuidados de saúde.

Porém, o desempenho foi marcado pela eclosão sem precedente da pandemia COVID 19, onde o país também foi afectado, condicionando a implementação do Programa de Investimento Público e a actividade económica e social, obrigando que medidas excepcionais fossem adotadas no âmbito dos setores da Saúde, Educação, Agricultura, Proteção Social e Administração Interna.

É neste contexto que o país concebeu um Plano de Contingência, suportado por um Programa abrangente de Medidas Económicas e Financeiras de Combate aos Efeitos do CORONAVIRUS (COVID19), que serviu de ferramenta estratégica de prevenção e de resposta nacional à pandemia. Foram desenvolvidas acções para prevenir o contágio, proteger o emprego e o rendimento das famílias, que tiveram um significativo impacto orçamental no aumento da despesa pública e decréscimo da receita.

V. Análise de desempenho por eixos

Este capítulo é reservado ao balanço das ações implementadas ao longo do presente exercício económico, nos diferentes eixos da acção governativa.

No que concerne a execução financeira do programa de investimento público (PIP), em 2020 esta componente registou uma execução¹ em torno de 77,6% em relação ao programado. A boa performance desta componente, em relação ao ano anterior (31,6%) deve-se sobretudo a entrada de recursos externos, mobilizados sobretudo em forma de donativos, e que asseguraram o financiamento de grande parte das acções previstas.

Analisando a execução do PIP por eixos das Grandes Opções do Plano (GOP), temos a considerar que os recursos canalizados no período concentraram na sua grande maioria no eixo II, tendo representando uma taxa de 71,2% do global, seguindo-lhe os eixos III com uma taxa de 10,8%, o eixo I com 10,9% e, finalmente o eixo IV com 0,8%, como se pode observar na tabela seguinte. Quanto a execução por domínios das GOP, no eixo II, destacam-se os investimentos realizados nos sectores de Educação, Agricultura, pecuária e florestas; Infraestrutura; Energia; Água e Saneamento e outros. Enquanto que no eixo III, temos a saúde e protecção social que justificam pelo facto do surgimento da pandemia do novo coronavirus (COVID 19) ter causado uma pressão nas contas públicas em virtude das medidas adoptadas pelo Governo de prevenção e controlo da referida pandemia.

¹ Informações adicionais sobre a execução financeira disponíveis no relatório de execução orçamental (<https://www.financas.gov.st/index.php/publicacoes/documentos/file/1324-relatorio-de-execucao-orcamental-iv-trimestre-2020>) da Direcção de Contabilidade Pública.

Tabela nº 3 - Execução do PIP segundo domínio e eixos das GOP 2020

Eixo das GOP 2020	Domínio	Programado inicial	Programado corrigida	Executado	%	% Real/prog
Eixo I- Aprofundamento do estado de direito democrático	Justiça	55 063 865,61	25 359 818,75	13 977 191,11	1,5%	25,4%
	Comunicação Social Pública	14 350 000,00	9 467 340,40	4 862 677,00	0,5%	33,9%
	Defesa e segurança pública	7 700 000,00	15 833 200,00	1 232 106,00	0,1%	16,0%
	Governação	114 045 887,00	117 993 170,30	79 622 319,74	8,7%	69,8%
Total Eixo I		191 159 752,61	168 653 529,45	99 694 293,85	10,9%	52,2%
Eixo II- Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego	Turismo	2 970 000,00	2 314 060,00	2 314 060,75	0,3%	77,9%
	Finanças Públicas	45 363 000,00	8 408 130,50	1 690 794,29	0,2%	3,7%
	APCI	3 134 500,00	2 769 495,14	410 897,44	0,0%	13,1%
	Financiamento da Economia	8 490 000,00	4 489 512,00	5 018 273,83	0,6%	59,1%
	Cultura	5 479 500,00	2 282 490,00	1 364 250,00	0,1%	24,9%
	Comercio	8 365 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,0%	#DIV/0!
	Placamento	0,00	0,00	0,00	0,0%	#DIV/0!
	Sistema Estatístico Nacional	150 000,00	150 000,00	0,00	0,0%	0,0%
	Agricultura Pecuaria e Floresta	137 399 300,00	28 477 627,70	70 847 849,93	7,8%	51,6%
	economia Azul e Pesca	18 596 000,00	3 004 395,33	1 502 197,33	0,2%	8,1%
	Educação de Formação	199 119 000,00	123 365 723,94	96 643 905,29	10,6%	48,5%
	Juventude e Desporto	48 242 000,00	29 607 978,96	17 258 087,47	1,9%	35,8%
	Infraestrutura de transporte	283 714 293,33	198 294 661,10	146 887 145,88	16,1%	51,8%
	Infraestrutura aeroportuária e portuária	20 000 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	Água e Saneamento	113 600 279,02	126 603 858,20	135 484 102,52	14,9%	119,3%
	Energia	69 960 000,00	110 172 656,81	101 490 834,29	11,1%	145,1%
Meio ambiente	0,00	0,00	0,00	0,0%	#DIV/0!	
Obras públicas, urbanismo e ordenamento do território	63 433 000,00	55 879 831,81	68 270 985,64	7,5%	107,6%	
Total Eixo II		1 028 015 872,35	695 820 421,49	649 183 384,66	71,2%	93,3%
Eixo III-Melhoria da qualidade de saúde e proteção social	Saúde	196 636 375,00	92 583 267,47	108 197 706,00	11,9%	55,0%
	Protecção Social e Formação Profissional	65 106 000,00	150 618 321,31	47 270 324,07	5,2%	72,6%
Total Eixo III		261 742 375,00	243 201 588,78	155 468 030,07	17,1%	59,4%
Eixo IV-Política externa ao serviço de desenvolvimento	Gestão da Política de Relações Exteriores	46 410 000,00	11 821 987,12	7 145 089,10	0,8%	15,4%
Total Eixo IV		46 410 000,00	11 821 987,12	7 145 089,10	0,8%	15,4%
Total Geral		1 527 327 999,96	1 119 497 526,84	911 490 797,68	100,0%

Eixo I - Aprofundamento do Estado de Direito Democrático

O eixo é tutelada pelo Ministério de Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, cujas principais prioridades encontram-se definidas no Plano Estratégico (PE) 2017-2021 do sector (2017), e pelo Ministério da Defesa e Segurança Pública.

Tabela nº4 - Eixos prioritários de política da justiça

Modernização, credibilização e melhoria de acessibilidade à justiça	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento Institucional▪ Reforço e modernização das direcções e serviços do Ministério da Justiça▪ Reforço e modernização das instituições judiciais▪ Acções de Formação Recrutamento e Inspeção▪ Reformas do quadro legal▪ Infraestruturas▪ Tecnologias de informação▪ Acesso à Justiça
Prevenção e combate à delinquência e à criminalidade	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar a prevenção e investigação criminal▪ Reforçar a capacidade de acolhimento e reinserção dos reclusos▪ Combate ao consumo de drogas e apoio as vítimas de violência doméstica

Fonte: Plano Estratégico Reforma da Justiça 2017-2021, 2017

Tabela nº 5 - Objectivos específicos do Plano Estratégico dos Registos e Notariado 2017-2019

Reestruturar a orgânica da DGRN e dos seus serviços centrais integrantes e desconcentrados	<ul style="list-style-type: none">▪ Elaborar e aprovar o novo diploma orgânico▪ Definir e aprovar o quadro do pessoal
Valorizar e capacitar os recursos humanos	<ul style="list-style-type: none">▪ Elaborar e aprovar os novos Estatutos do Pessoal dos registos e notariado▪ Elaborar e executar o plano de capacitação do pessoal
Reformar e actualizar a legislação estruturante	<ul style="list-style-type: none">▪ Elaborar e aprovar os novos códigos do Notariado, do registo Predial e Comercial e respectivos regulamentos▪ Elaborar e aprovar os novos códigos do registo Civil, automóvel e identificação Civil e Criminal e respectivos regulamentos▪ Elaborar e aprovar o novo regulamento de custas e emolumentos
Reformar e modernizar as instalações	<ul style="list-style-type: none">▪ Reestruturar, reparar e apetrechar o edifício de água grande▪ Reestruturação, reparação e reabilitação dos edifícios dos postos distritais▪ Construir e apetrechar o edifício da Conservatória e Cartório Notarial da Região Autónoma do Príncipe
Ampliar a implantação territorial dos serviços	<ul style="list-style-type: none">▪ Instalar uma nova conservatória dos registos e um novo cartório notarial em Água Grande

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalar uma conservatoria dos registos e um cartorio notarial em Me-zochi
Organizar, modernizar e qualificar a prestação dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar e aprovar o código de conduta do pessoal ▪ Elaborar e revisar os manuais de proceimento ▪ Integrar os processos, actos e registos do Guiche único (GUE) ▪ Organizar, recuperar e desmaterializar os livros de actos e registos ▪ Informatizar os serviços, processos, actos e registos
Melhorar a imagem dos serviços dos Registos e Notariado na sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar e lançar o website dos registos e notariado ▪ Elaborar e aprovar o novo logotipo da instituição ▪ Criar e lançar o boletim dos registos e notariado ▪ Elaborar programas de divulgação das competências e ações dos registos e notariado nos órgãos de comunicação social.

Tabela nº 6 - Matriz de política Marítima

Fortalecer a Governação marítima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprofundar coordenação e a colaboração interinstitucional ▪ Mapear, actualizar e difundir a legislação marítima. ▪ Delimitar o espaço de actuação de política marítima. ▪ Reforçar os mecanismos de governação marítima ▪ Reforçar a cooperação internacional ▪ Desenvolver planos de controle e combate a poluição marítima
Optimizar a economia azul	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver capacidade dos quadros ▪ Atrair investimento para o programa de economia azul ▪ Desenvolver infraestruturas relacionadas com o transporte marítimo ▪ Desenvolver capacidade técnicas dos quadros envolvidos nos assuntos do mar ▪ Melhorar a cobertura de vigilância da ZEE
Reforçar a protecção e segurança marítima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar os sistemas de vigilância e rede de informação

Fonte: Plano de Acção para implementação da Estratégia Marítima 2020-2030, 2020

Justiça

No ano 2020, no domínio da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, as realizações concentraram-se na consolidação do Estado de Direito nos PALOPs e Timor Leste. A Polícia Judiciária beneficiou de diversos materiais de Laboratório de Investigação e de algumas motorizadas.

Quanto as reabilitações, como forma de proporcionar melhor qualidade de serviço aos funcionários e atendimento dos utentes, foi reabilitado e apetrechado o Tribunal de Lembá.

O novo Plano Estratégico Nacional de Luta contra Violência Baseada no Género

2019/2023 foi validado, constituindo assim, mais um instrumento de prevenção e de combate à violência doméstica baseada no género.

De igual modo, foi desenvolvido pela Direção do Registo e Notariado, o Sistema Integrado do Registo de Propriedade que permite maior fiabilidade e segurança dos dados.

Defesa e segurança pública

No âmbito de melhoria de condições de trabalho e de segurança prosseguiu-se com as obras de reabilitação dos edifícios do SINFO e do Comando da Polícia Regional do Príncipe que permitirá melhor comunhão e proatividade no serviço.

Administração Pública

Como forma de melhorar a Administração Pública e torna-la mais eficiente e acessível para os cidadãos, foi realizada um atelier de governação digital e modernização da administração pública no País dirigido aos servidores públicos com vista a prepara-los para uso das TIC na governação.

Comunicação Social

Deu-se continuidade ao processo de digitalização da TVS e Rádio Nacional através uma assistência técnica recrutada para efeito. Ainda neste domínio, assegurou-se uma melhor cobertura de Rádio e Televisão às zonas de Ribeira Afonso e arredores como forma a dar resposta a uma das medidas inscritas nas Grandes Opções do Plano, após longos anos de ausência.

De igual modo, a Rádio Nacional conta com um novo auditório e instalações melhorada conferindo-a uma maior dignidade e operacionalidade dos serviços.

Poder Local

Os órgãos da Câmara Distrital de Água Grande (Presidentes, Vereadores, Deputados distritais, Diretores da DAF) foram capacitados em matéria de Atribuições e Competências do Poder Local, tendo assim reforçado os seus conhecimentos sobre diversas legislações, nomeadamente a lei das Autarquias Locais (Lei nº 4/2005), Lei das Finanças Locais (Lei nº16/92) e a Lei nº 10/2005.

O balneário público da Praia da Ilha (ex-PM), junto ao Museu Nacional, no Distrito de Água Grande, foi reabilitado. Igualmente, procedeu-se a transferência de todas as

feirantes do Mercado Municipal e do Mercado Cômô, na cidade capital, Distrito de Água Grande, para o novo mercado localizado na zona de Bobô Fôrro, para oferecer maior conforto aos feirantes e, por outro melhor dignidade a capital do país.

Tabela nº 7: Indicadores e metas – Aprofundamento do Estado de Direito Democrático

Indicador	Nível de referência	Ponto de situação				Meta		Fonte de verificação
	2017	2018	2019	2020	2025	2030		
Índice Mo Ibrahim para Governação Africana	59,4	59,6	60,4	60,4	73,1 ²		Fundação Mo Ibrahim	
Índice de segurança pública e estado de direito	68,3	68,0	67,5	ND			Fundação Mo Ibrahim	
Índice de Percepção de Corrupção (posição no ranking de 180 países)	64	64	64	63			Transparência Internacional	
Índice facilitação do cumprimento de contratos	30,3	27	28,8	ND			Banco Mundial, Doing Business Report	
Tempo dispendido na litigação dos contratos (dias)	1065	1185	1185	ND			Banco Mundial, Doing Business Report	
Custos de litigação em % do valor da causa	50,5	50,5	45,6	ND			Banco Mundial, Doing Business Report	
Facilitação da resolução de insolvências (posição no ranking de 190 países)	158	168	168	ND			Banco Mundial, Doing Business Report	

² Pontuação registada em 2019 do PALOP melhor classificado no Índice Mo Ibrahim para Governação Africana.

STP registou uma melhoria de performance no “ *Índice de Governação em Africa*”, segundo a Fundação Mo Ibrahim, que passou de 59,4 em 2017 para 60,4 em 2020, tendo como meta 73,1 em 2030.

Quanto ao Índice de Segurança Pública e estado de direito, após situar-se em 68,3 o país conheceu um ligeiro recuo na qualidade dos serviços disponibilizados na matéria, assim como de paz , tranquilidade e harmonia social, tendo o referido índice situado em 67,5 em 2019, e em 2020 os mesmos não foram disponibilizados, devido as dificuldades de recolhas de informações alegadamente imputadas ao contexto da pandemia do Covid-19.

Relativamente ao “Índice de Percepção de Corrupção”, (posição no ranking de 180 países), segundo a transparência internacional, STP situou-se na 63 posição em 2020, contra 63 posição em 2019, uma melhoria em bora tímida, mas demonstra os esforço que estão a ser empreendidos pelas autoridades nacionais para a melhoria e combate a este flagelo.

Quando se refere ao “Índice de facilitação do cumprimento de contratos”, segundo o relatório do “Doing Business “ do Banco Mundial, STP, passou de 30,3 dias em 2017 , para 28,8 dias em 2019.

Em relação, ao “Tempo dispendido na litigação dos contratos (dias)”, segundo ainda o Banco Mundial, STP tem ainda um enorme desafio, tendo-se regredido , entre 2017 “ 1065 dias” para 1185 dias em 2019, patamar que ainda deve prevalecer em 2020, dadas as dificuldades que o país atravessou neste ano devido a pandemia do covid-19.

Quando analisada a “Facilitação da resolução de insolvências”, STP , segundo o Banco Mundial, se posicionou em 2017 na 158 posição e em 2019 na 168 posição, no ranking de 190 países.

Em relação aos “Custos de litigação em % do valor da causa”, no caso de STP, estes situaram-se em 50,5% em 2017 e 45,6% em 2019, conforme o Banco Mundial no seu relatório sobre o “ Doing Business”.

Por fim, quanto a “Facilitação da resolução de insolvências (posição no ranking de 190 países)”, STP situou-se em 158 posição em 2017 e 168 posição em 2019, tudo isto demonstrando que o país tem um enorme desafio pela frente, se quiser melhorar não só o seu ambiente de negocios, mas fundamentalmente a Boa Governação e o aprofundamento do Estado de Direito Democrático.

Eixo II. Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego

O segundo eixo de Governação versa-se num modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços que seja capaz de relançar a economia e gerar postos de emprego. Nesta perspectiva de desenvolvimento, foram elegidos os domínios de Finanças Públicas, Estatística, Ambiente de Negócios, Cultura, Comércio, Turismo, Indústria, Energia, Água e Saneamento e outros cujas realizações foram as seguintes.

Reforma das finanças públicas

O Governo prosseguiu com o compromisso de reformar a gestão das finanças públicas, implementando algumas medidas previstas no *seu Plano de Reforma*, principalmente a de consolidar a capacidade de programação macro-fiscal; Aumentar os recursos internos; Reforçar o sistema de gestão da dívida pública e do património do Estado; Garantir a manutenção da infra-estrutura de suporte operacional e optimização de base de dados e outros.

Assim sendo, neste domínio, os esforços desenvolvidos resultaram na elaboração e aprovação, pelo Venerando Conselho de Ministros, da primeira Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGF) 2020-2023 e do respectivo Plano de Acção (PARFIP II), que surgem no quadro das recomendações da recente Avaliação do Desempenho da Gestão de Finanças Públicas (PEFA) e do PARFIP I (2016-2019) realizada no final do ano 2019. A ERGF e o seu Plano de Acção constituem a partir de então documentos orientadores para quaisquer intervenções no domínio das finanças públicas, cuja matriz de política se encontra abaixo.

No que respeita a *melhoria da qualidade do planeamento à médio prazo*, foi submetido para aprovação, ao Venerando Conselho de Ministros, e posteriormente, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS); Foram elaborados e validados o Quadro de Despesas de Médio Prazo Global (QDMP) e Sectorial (QDS-MP) para o período 2021-2023 e submetida uma proposta de lei para institucionalizar o processo de preparação dos referidos QDMP's bem como a sua integração no processo de preparação do orçamento. Importa frisar que, a referida proposta de lei, para além de

definir normas e procedimentos necessários para a elaboração, monitoramento, avaliação e atualização do Quadro de Despesa de Médio Prazo pretende assegurar que o processo de elaboração do mesmo seja coordenado e consolidado pela Direção de Planeamento em estrita colaboração com a Direcção de Orçamento.

Tabela nº 8 - Matriz de política de finanças públicas

Visão	Objectivos específicos	Programas operacionais
Criar um sistema de Gestão das Finanças Públicas eficiente para alcançar os objectivos estratégicos do Governo.	OE 01- Arranjos Institucionais para a Implementação do PARFIP II	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas
	OE 1- Planeamento a médio prazo e orçamentação com base em políticas	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em políticas (incluindo os Governos Subnacionais)
	OE 2- Gestão da receita	Melhoria do processo de gestão e arrecadação da receita
	OE 3- Gestão da Dívida Pública e Tesouraria	Operacionalização dos sistemas e mecanismos para a gestão da Dívida Pública e Tesouraria
	OE 4-Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas
	OE 5-Gestão do Investimento Público	Optimização da gestão do Investimento Público
	OE 6- Execução Orçamental e mecanismo de controlo e auditoria internos	Melhoria da execução orçamental e Aumento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos
	OE 7- Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Subnacionais)	Aumento do alcance e da abrangência da Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Subnacionais)
OE 8 - Escrutínio e auditoria externa	Reforço do escrutínio e da auditoria externa	

Fonte: Plano de Acção da Reforma das Finanças Públicas II (2020-2023)

No que concerne a consolidação da capacidade de programação macro-fiscal, temos a destacar que, com a criação da Unidade Macro-fiscal (UMF) em 2019, através do Despacho nº 81/2019 do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, o Governo passou a contar com uma estrutura de apoio e assessoria para a tomada de decisões sobre questões relacionadas com políticas e previsões macroeconómicas e fiscais. Neste sentido, com vista a sua efectiva operacionalização, com apoio da

AFRITAC, foi elaborada a proposta de regulamento interno que estabelece as regras para o seu funcionamento; realizadas reuniões de trabalho para elaboração de Guia Metodológico de Previsão Macro-fiscal e, como resultado, a referida Unidade elaborou o quadro macro-fiscal de médio prazo para o período 2020-2022 tendo como suporte o modelo macro-económico actualizado.

Relativamente á melhoria do processo de *gestão e arrecadação de receitas*, e consequentemente o aumento dos recursos fiscais internos, temos a destacar que o regime de facturação electrónica, *e-factura*, implementado no início do ano, esteve em pleno funcionamento ao longo do ano, tendo registado um total de 3.700 contribuintes, o que também contribuiu para o aumento do nível das receitas no referido ano. No que se refere ao Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), foram feitas demarches no sentido de criar as condições necessárias para a sua implementação. Assim sendo, com apoio do Banco Mundial (BM), um plano de comunicação bem como os termos de referência específicos para a formação dos contribuintes foram elaborados. Com suporte do BM, procedeu-se à actualização da Estratégia, do Plano de Actividades e do Cronograma para a introdução do IVA; de igual forma, os regulamentos de aplicação do referido imposto (IVA), mormente o regulamento de reembolso do IVA e o relativo à IEC foram submetidos ao MPFEA para aprovação e foi aprovado um novo Plano de contas, em colaboração com o OTTOCA.

Com base nas recomendações do Quadro de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas (PEFA) foi re-activado o Serviço de Anti-fraude e o serviço do piquete passou a ser realizado dentro do Porto de S. Tomé.

No que respeita à *gestão da dívida pública*, foi elaborado o Plano Anual de endividamento público para o ano 2021; Procedeu-se a actualização do documento de análise de sustentabilidade da dívida para o período 2020-2040; Foi elaborado e publicado o plano de emissão de dívida pública interna.

Relativamente à gestão de tesouraria, temos a considerar que teve início o projecto de elaboração de um manual de gestão de tesouraria com o apoio do BM e a avaliação do SAFE-e para permitir a maior eficácia e controlo das dívidas públicas.

Visando o reforço de capacidades, a Comissão de Títulos, composta pelos quadros técnicos do Tesouro, Gabinete da Dívida e Banco Central de S.Tomé e Príncipe realizaram uma visita de estudo à Cabo Verde para troca de experiências na matéria em causa.

No que concerne à *Gestão do investimento público*, a proposta de lei e o regulamento do Sistema Nacional de Investimento Público (SNIP) foram elaborados e aguarda-se a conclusão do aplicativo *e-snip* para serem submetidos ao Governo para aprovação, bem como do Manual de Avaliação ex-ante de projectos.

No quadro de assistência técnica prestada pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear), foi elaborado um diagnóstico que servirá de base para elaboração de um plano de apoiar ao desenvolvimento de capacidades institucionais em matéria de seguimento e avaliação de políticas públicas.

Visando a integração das questões das mudanças climáticas e de género no Sistema de Investimento Público, foi recrutada uma assistência técnica, financiada pela NDC Partnership. Por outro lado, STP enquanto membro da UNFCCC melhorou a sua relação com o Fundo Verde para o Clima (GCF) conferindo a Direcção do Planeamento do MPFEA a função de Autoridade Nacional Designada (AND) junto a este mecanismo financeiro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas. É neste quadro que foram elaborados os seguintes documentos os **i) Programa País**, “documento que define prioridade nacional para o clima”; **ii) Arranjos institucionais para implementação do GCF em STP**; **iii) Manual de procedimentos de não-objecção** no âmbito do *GCF em STP*; **iv) proposta de Decreto que regula a criação e a organização dos Comitês Técnicos de Assessoria em matéria de financiamento climático**; **v) Proposta de Decreto sobre o mecanismo de coordenação do Fundo Verde para o clima em São Tomé e Príncipe**

No que diz respeito à *Execução Orçamental e mecanismo de controlo e auditoria interna*, está em curso o processo de revisão e actualização da Lei nº8/2009- RLCP, revisão dos Documentos de Licitação, modelos de relatório de avaliação e a Elaboração do Estatuto Orgânico do COSSIL. Em curso, está o processo de desenvolvimento do portal electrónico do COSSIL;

Foi desenvolvido um Webservice, em fase de teste, que interliga o programa de pagamento dos salários e o sistema de Gestão de Recurso Humano, o que permite que o primeiro possa ser acessado a partir da Direcção da Administração Pública;

Está em curso, a implementação do Sistema de Gestão de Informação para o Controlo das Recomendações (Auditorias realizadas), o Plano Estratégico e o Manual de Procedimento da Gestão Interna da IGF. Foi remetido o anti-projecto para

revisão do Decreto Lei N.º 56/2006 - que define a Natureza, Missão, Âmbito e Atribuições da IGF e procedeu-se ao lançamento do concurso para a criação do website do IGF estando na fase experimental.

Foi aprovado o Manual de Procedimentos da Direcção do Património do Estado (DPE) estando prevista a sua publicação para o ano seguinte; Reforçada a capacidade dos técnicos da DPE e exatores patrimoniais, onde os novos operadores e exatores ministeriais foram beneficiados de acções de formação em matéria do quadro legal existente, bem como na utilização das ferramentas necessárias à inventariação e cadastro dos bens do Estado.

Relativamente ao alcance e a *abrangência da Contabilidade e do Relatório Financeiro, objectivo 7*, temos a referenciar que os técnicos da Direcção de Contabilidade Pública (DCP), participaram virtualmente numa acção de formação subordinada ao tema “*Missão para preparar um normativo de procedimentos e ferramentas de controlo da execução orçamental; Plano de licitações, Contratos; Plano de compromissos e plano de fluxo caixa*”, permitindo maior transparência nos procedimentos.

Um serviço de Rede Virtual Privada (VPN) foi implementado pela DITEI para descentralizar o processamento dos salários das Câmaras Distritais (Mé-Zochi, Cantagalo, Caué e Lobata), da Presidência da República e dos Serviços Autónomos (Tribunal Judicial, IMAP e Instituto de Habitação), permitindo a estes organismos o processamento de forma independente dos seus salários, sob a supervisão da Direcção do Orçamento e da Direcção do Tesouro. Para, além disso, está em curso acções para o desenvolvimento de uma aplicação solicitada pela Direcção do Orçamento, para otimizar a emissão de declarações.

Foi concluída e submetida ao Tribunal de Contas (TC), a Conta Geral do Estado (CGE) do ano 2018, conforme recomenda as boas práticas e a legislação financeira do país. E deu-se início aos trabalhos para a elaboração da CGE do ano 2019.

Financiamento da economia

Este domínio tem como medida a dinamização de micro-finanças e a promoção da inclusão financeira como meio privilegiado de combate à pobreza. Para o efeito foi criado o Conselho Nacional de Inclusão Financeira (CNIF) que terá a incumbência de elaborar, acompanhar e avaliar a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF). Pretende-se com a elaboração desta estratégia assegurar o acesso de todos os agentes

económicos a serviços e produtos financeiros de qualidade e a preços acessíveis de forma a promover e estimular o empoderamento económico de todos.

Importa realçar que este conselho trata-se de uma estrutura multidisciplinar composta pelos Ministros que tutelam as áreas das Finanças; das Novas Tecnologias; da Agricultura; Pescas e Florestas; do Empreendedorismo; da Educação; de Recursos Naturais e Ambiente; de Género e o Governador do BCSTP.

O Governo no seu programa de governação, mormente nas GOP, estabeleceu como uma das medidas de política para este domínio, a dinamização de micro-finanças e a promoção da inclusão financeira como meio privilegiado de combate a pobreza. Assim sendo, a luz dos resultados do relatório do inquérito à inclusão financeira realizado em 2019 foi instituído o Conselho Nacional de Inclusão Financeira (CNIF) que terá a incumbência de elaborar, acompanhar e avaliar a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF). Trata-se de uma estrutura multidisciplinar composta pelos Ministros que tutelam as áreas das Finanças; das Novas Tecnologias; da Agricultura; Pescas e Florestas; do Empreendedorismo; da Educação; de Recursos Naturais e Ambiente; de Género e o Governador do BCSTP. Pretende-se com a elaboração desta estratégia assegurar o acesso de todos os agentes económicos a serviços e produtos financeiros de qualidade e a preços acessíveis de forma a promover e estimular o empoderamento económico de todos.

Estatística

A formação dos recursos humanos, prevista nas GOP e na ENDE, é considerada como factor essencial para construção de um sistema estatístico eficaz e eficiente.

Neste sentido, no âmbito do projecto de reforço de capacidade institucional, 7 estudantes finalistas da Universidade de STP (USTP), seleccionados e enviados à Dakar (Senegal) em 2018 para efeito de formação técnica na área de *Estatística*, na Escola Nacional de Estatística e Análise Económica de Dakar (ENSAE, concluíram os seus estudos e ingressaram oficialmente no Instituto Nacional de Estatística (INE) como quadros, reforçando assim os recursos humanos daquele Instituto.

De igual modo, 10 técnicos do INE foram capacitados no domínio de medição da pobreza.

Tabela nº 9 - Matriz de políticas públicas de desenvolvimento estatísticos

Visão	Eixos	Objectivos operacional
«Construir um sistema estatístico nacional eficaz e eficiente, capaz de produzir e divulgar estatísticas confiáveis para atender às necessidades dos usuários e de políticas, e de programas de desenvolvimento nacional»	Melhoria do quadro institucional e organizacional do SEN	Adotar novos instrumentos jurídicos que regulam a atividade estatística nacional e melhorar o seu funcionamento; Melhorar o quadro organizacional; Fortalecer a coordenação e a cooperação estatística
	Fortalecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros	Formar e reciclar os quadros em estatísticas e áreas similares de forma contínua; Implementar mecanismos de financiamento sustentável para SEN; Equipar e modernizar o SEN com meios materiais e logísticos adequados; Criar um mecanismo de motivação e incentivo dos quadros.
	Melhoria da produção estatística	Produzir regularmente as estatísticas em todas as áreas; Melhorar o sistema de recolha e produção de dados.
	Promoção da divulgação, do arquivamento, comunicação e de uso de estatísticas.	Promover a divulgação e comunicação; Garantir o arquivamento de dados; Promover a análise aprofundada de dados; Promover a cultura estatística.

Fonte: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico 2018-2021 (2018)

Por outro lado, havendo a necessidade de se actualizar os dados das Empresas e conhecer a actual dinâmica do tecido empresarial existente no país, no âmbito da realização do II Recenseamento empresarial, foram recrutados e capacitados 44 elementos, incluindo inquiridores e supervisores, para apoiar no processo de recolha dos dados no terreno.

Relativamente à produção estatística, foi elaborado o relatório estatístico de actualização dos indicadores do nível I e o plano de seguimento dos indicadores do nível II dos ODS. E, a fim de conhecer o impacto da pandemia do novo coronavírus na economia e na população São-tomense bem como fundamentar com dados as políticas de resposta à referida pandemia, foram elaborados pelo INE os relatórios sobre o impacto da COVID 19 no sector informal e nas famílias.

No que concerne à publicação e divulgação das estatísticas, foi realizado o Seminário de apresentação e disseminação dos dados da pobreza extraídos no Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2017e, por conseguinte, feita a sua publicação no site do INE igualmente teve lugar o seminário de sensibilização sobre a importância do Recenseamento empresarial e o Ateliê de Interpretação dos dados e Validação dos Resultados dos Inquéritos dos indicadores Múltiplos (MICS 6); Publicação do relatório semestral do comércio externo.

Inserido nos festejos do dia Mundial da Estatística, foi realizado pelo INE um Seminário técnico intitulado “*Interpretação e uso de dados estatísticos*”, com objectivo de demonstrar a importância de interpretação dos dados e clarificar a deturpação social de informações estatísticas.

No âmbito da melhoria do quadro organizacional foi feita a apresentação do novo logotipo do Instituto Nacional de Estatística.

Ambiente negócios

Visando facilitar o acesso do sector privado ao financiamento e, de igual forma, dar resposta a uma das medidas extraordinárias adoptadas pelo Governo para fazer face aos efeitos da COVID-19, o Governo instituiu, através do Decreto nº24/2020, uma linha de crédito à economia com juros bonificados para fortalecer o sector privado nas áreas de agropecuária, transformação, conservação e pesca, turismo, restauração e serviços conexos.

Relativamente as infraestruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades económicas e no quadro dos esforços para a instalação de uma zona franca no país, os técnicos da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) realizaram uma visita de estudo à zona franca da Madeira (Portugal) a fim de conhecer o volume de

perto o modo de funcionamento deste centro internacional de negócio, assim como para conhecer o volume de negócios que poderá gerar e o seu impacto na economia e na vida das populações.

Na perspectiva de reforçar os serviços competentes no âmbito do ambiente de negócios para um melhor e maior acompanhamento das acções que visam a melhoria do ambiente de negócios e, igualmente, adequar o ambiente institucional aos desafios do sector privado, conforme consagrado no eixo I da Estratégia do sector privado, desenvolveu-se actividades com vista a materialização de um protocolo para assegurar a transferência de actividades dos Serviços centrais para as Câmaras Distritais, a fim de consolidar a descentralização da gestão das actividades económicas que se realizam nos Distritos, arrecadar receitas pelas Câmaras Distritais, reduzir as despesas de deslocação dos Distritos à capital, melhorar o acompanhamento das actividades e entre outros benefícios.

Promoção e Atração de investimentos

No que concerne à promoção e atração de investimentos, não houve grandes progressos por razões orçamentais e também pelo contexto da pandemia Covid 19. No entanto, das acções realizadas, destacam-se as reuniões com diversas instituições governamentais e com autarquias com o objectivo de promover e facilitar o investimento, tendo registado algumas melhorias relativamente aos prazos para a aprovação dos projectos, que anteriormente eram morosos.

Tabela nº 10 - Matriz de políticas públicas de desenvolvimento do sector privado

Objectivo	Eixos estratégicos	Programa
Reduzir a informalidade e densificar o tecido empresarial formal, estabelecendo-se como meta ultrapassar as 5.000 empresas formais activas até 2024; Promover o crescimento da economia através do	Eixo 1: Quadro legal, regulamentar e institucional adequado aos desafios de um sector privado dinâmico;	Programa 1. Reforço do quadro institucional de apoio ao sector privado Promover a modernização da Administração Pública; Reformar o quadro institucional de promoção do investimento privado e das exportações, designadamente através da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI/MECI); Incorporar os objectivos gerais de desenvolvimento do sector privado nas políticas, estratégias e programas das unidades orgânicas que actuam em sectores específicos como a agricultura, as pescas, a indústria, o turismo e os serviços (diversos Ministérios).

<p>desenvolvimento do sector privado, para que o PIB per capita possa ser duplicado em 10 anos (de 1 700 USD actuais para 3 400 USD até 2024);</p> <p>Aumentar a contribuição do sector privado na geração de empregos, de modo a que o sector privado passe a responder por pelo menos 60% dos empregos do país em 2024;</p> <p>Aumentar as exportações de bens e serviços, para que o seu peso no PIB do país possa ultrapassar a linha dos 20% até o final da presente legislatura;</p> <p>Substituir as importações de produtos alimentares por produção nacional, estabelecendo-se como meta a diminuição das importações de produtos alimentares de 32,4% para 25% das importações totais até 2024.</p>		<p>Programa 2. Revisão do quadro legal e regulamentar Conceber e implementar uma política de promoção do investimento Privado; Adoptar uma política fiscal orientada para o desenvolvimento do sector privado e a atracção do investimento estrangeiro; Elaborar e fazer aprovar um código de falências e insolvências; Rever o regime legal de parcerias público-privadas e de concessões; Consolidar a estrutura de regulação económica multi-sectorial existente e alargar a sua actuação aos demais sectores</p>
	<p>Eixo 2: Infraestruturas materiais propiciadoras do desenvolvimento de actividades económicas;</p>	<p>Programa 3. Adequação e melhoria do funcionamento das infraestruturas gerais de suporte ao sector privado Promover a modernização das infraestruturas portuárias; Promover a melhoria das infraestruturas aeroportuárias; Promover a ampliação e modernização da rede rodoviária; Promover a melhoria dos serviços de fornecimento de energia e água; Promover a melhoria contínua da qualidade e a redução dos preços dos serviços de comunicações</p> <p>Programa 4. Adequação e melhoria das infraestruturas específicas para o sector Privado Estabelecer infraestruturas para a instalação de pequenas indústrias e Empresas; Avaliar o dossier das zonas francas e, eventualmente, rever o enquadramento legal e identificar parceiros estratégicos; Promover a criação de portos secos; Reabilitar infraestruturas de comercialização;</p>
	<p>Eixo 3: Produtividade acrescida dos factores de produção;</p>	<p>Programa 5. Melhoria do funcionamento do sistema financeiro Facilitar o acesso do sector privado a financiamento; Promover a melhoria da gestão do risco financeiro; Promover a inovação e a concorrência no sistema financeiro; Promover a melhoria da organização e funcionamento do micro-crédito;</p> <p>Programa 6. Melhoria da produtividade da mão-de-obra Reforçar a qualificação da mão-de-obra; Modernizar a legislação laboral; Regular as normas gerais de contratação de mão-de-obra estrangeira; Promover um programa oficial de estágios no sector privado;</p> <p>Programa 7. Gestão estratégica dos recursos naturais Rever/adequar a política de acesso à terra; Implementar uma política de gestão estratégica dos recursos naturais; Melhorar o sistema de cadastro da propriedade; Melhorar o regulamento e procedimentos de avaliação de impacto ambiental e reforçar a capacidade de análise dos respectivos estudos</p>
	<p>Eixo 4: Estrutura empresarial consolidada;</p>	<p>Programa 8. Incentivo ao empreendedorismo Implementar um serviço de apoio ao empreendedor; Criar uma iniciativa dirigida a jovens formados; Introduzir conceitos de</p>

		<p>empreendedorismo nos curricula escolares; Promover o surgimento de incubadoras de empresas;</p> <p>Programa 9. Apoio à modernização das MPME Conceber e implementar um sistema simplificado de formalização de Empresas; Desenhar e implementar instrumentos financeiros orientados para as MPME; Desenhar e implementar um programa de desenvolvimento de competências; Desenhar e implementar um programa de massificação da adopção de novas tecnologias de informação e comunicação pelo sector privado, bem como de transferência de tecnologias produtivas;</p> <p>Programa 10. Modernização do Sistema de Governação das Sociedades Promover a difusão do código das sociedades comerciais; Modernizar os sistemas de registo e reporte financeiro das empresas; Promover e incentivar o cooperativismo e o associativismo;</p> <p>Programa 11. Melhoria da organização e representatividade do sector privado Adequar o quadro legal que regula as câmaras de comércio e as associações empresariais; Promover o reforço institucional das câmaras de comércio e associações empresariais;</p>
	Eixo 5: Acesso a mercados dinamizado	<p>Programa 12. Valorização de produtos e serviços locais Implementar um Sistema Nacional de Qualidade; Desenvolver um sistema de indicações geográficas; Definir e implementar um plano para a convergência técnico-normativa com os mercados-alvo; Melhorar os mecanismos de protecção do consumidor; Alinhar o sistema de compras públicas com os objectivos de desenvolvimento do sector privado;</p> <p>Programa 13. Promoção das exportações Confirmar as opções de integração regional e multilateral; Realizar e divulgar estudos de comércio internacional sobre mercados-alvo Definidos; Implementar um programa específico de apoio às exportações</p>

Comércio

Tabela nº 11 - Matriz de políticas públicas de comercio

Objectivo	Eixos/vectores
Alcançar o desenvolvimento comercial sustentável no plano interno e externo, harmonização do comércio e sectores industriais, e promoção de uma política de exportações sustentável, diversificada e competitiva, a fim de promover o desenvolvimento económico e social.	<p>Integração Regional e Internacional</p> <p>Promoção dos Investimentos e da competitividade das Fileiras Exportadoras</p> <p>Racionalização e Integração do Desenvolvimento do Sector Privado</p> <p>Identificação e Promoção das Oportunidades geradas pelos Sectores Petrolífero, das Telecomunicações e do Turismo.</p>

Fonte: Vectores estratégicos da Estratégia Comercial (2013)

Indústria

O Governo assumiu o compromisso de promover a indústria, particularmente às micro-indústrias, tendo nas GOP 2020 definido como umas das medidas de política a criação de mecanismos de apoio e promoção de indústrias. Assim sendo, no ano em análise, foi inaugurado na zona de Bom Sucesso, Distrito de Mé-zochi, a primeira fábrica de produção de água mineral de STP apelidada de “*Água Bom Sucesso*”. Esta fábrica de tratamento, engarrafamento e comercialização de água mineral tem a capacidade de produzir, em média por hora, 4 mil garrafas de água, em tamanho de 1,5 l (um litro de meio) e torna-se uma marca de referência do país a nível internacional.

No tocante a promoção do sistema de inovação, no quadro do projecto de Avaliação das Necessidades Tecnológicas (TNA) para a Adaptação e Mitigação no âmbito das mudanças climáticas, foram desenvolvidos esforços com a finalidade de apoiar a identificação de tecnologias mais apropriadas para os diversos sectores da vida económica do país. Neste sentido, foram elaborados e remetidos à UNEP DTU Partnership, o Relatório de Adaptação, priorizando três sectores, a saber: Agro – florestal, Águas e Zonas Costeiras e o Relatório de Mitigação envolvendo os sectores de Energia e Transportes.

Relativamente a implementação das Indicações Geográficas, está em curso a elaboração do caderno de especificações dos produtos identificados e a monitorização pelo Comité Cacau e Pimenta e Café e adesão Acordo de Lisboa.

No período em análise, foram apresentados 26 pedidos de marcas nacionais, 143 pedidos de marcas internacionais, revalidadas 40 licenças e 10 Alvarás e a concedidos 4 Alvarás e 2 licenças.

Tabela nº 12 - Pedidos de marcas nacionais e internacionais

	2019	2020
Nº de pedidos de registro de marcas internacionais	412	143
Nº de pedidos de marcas regionais (ARIPO)	125	
Nº de pedidos de marcas nacionais	65	26
Nº de certificados renovados:	30	
No de certificados emitidos	67	
Nº de patentes regionais solicitadas	460	
Nº de modelos de utilidade regionais	6	
Nº de desenhos internacionais	14	
Nº de desenhos regionais	33	

Tabela nº 13 – Número de Licenças e Alvarás revalidados

Ano 2020			
Revalidação		Concepção	
Licenças	40	Licenças	4
Alvarás	10	Alvarás	2

Cultura

Tendo como base a política cultural, o Governo definiu nas GOP a preservação da memória histórico-cultural nacional como uma das medidas de política para valorizar o património material e imaterial do país. Assim sendo, como já vem sendo prática ao longo os anos, foram realizadas diversas actividades em comemoração ao dia 4 de Janeiro, dia do Rei Amador e ao dia 3 de Fevereiro, dia dos Mártires da Liberdade, este último marcado com a realização da habitual Marcha à praia de Fernão Dias.

Com a propagação da pandemia do novo coronavirus e a adopção de medidas de prevenção e controlo, as celebrações do Mês da Cultura Nacional, habitualmente celebrada durante todo o mês Abril, ficaram limitadas.

Tabela nº14 - Matriz de política públicas de cultura

Objectivos gerais	Objectivos específicos
Defender, preservar e valorizar o património histórico e artístico nacional; Promover a produção, gestão e a divulgação das criações artísticas e dos bens culturais, tanto no interior como no exterior do país; Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através do usufruto de atividades sociais, culturais, artísticas e recreativas.	Melhorar o quadro institucional de promoção e gestão da política cultural
	Descentralizar a implementação da política cultural nacional
	Inventariar e valorizar o património cultural material e imaterial
	Promover, proteger e defender o uso descomplexado das línguas nacionais
	Incentivar apoio a iniciativas culturais de preservação e valorização das tradições nacionais
	Promover iniciativas de apoio à criação artística e estabelecer mecanismos institucionais e disposições legais de protecção dos direitos do autor
	Estimular e apoiar actividades de estudo e pesquisa sobre história e cultura nacionais
	Apoiar iniciativas de promoção das manifestações culturais santomenses
	Criar condições de acesso e fruição das artes e cultura pelos cidadãos
	Integrar conteúdos programáticos relacionados com arte e cultura nacionais nas instituições de ensino
	Promover a divulgação da cultura santomense no interior e no exterior do país;
	Incentivar e estabelecer intercâmbio cultural com outros países.

Fonte: Documento de política cultural (2012)

Através do projecto *PROCULTURA*, foi realizado o curso de Empreendedorismo no sector da Cultura e deu-se continuidade as negociações com a UNESCO com vista a classificação de alguns locais de interesse Cultural.

Agricultura

No âmbito da política do sector agrícola, o Governo definiu como um dos programas nas GOP 2020, a promoção da produção e diversificação agrícola a fim de i) melhorar a produção e a produtividade das culturas alimentares e de exportação, ii) garantir a segurança alimentar, iii) melhorar o aprovisionamento dos factores de produção, iv) promover a produção biológica com recursos a produtos bio, v) promover novas técnicas de cultivo e de irrigação e outros.

Neste sentido, visando aumentar a produção de culturas alimentares para atender as necessidades de consumo interno foram importadas 12,5 toneladas de sementes de batata inglesa e comercializadas aos produtores através de um protocolo especial de subvenção. Por conseguinte, foi lançado, na Roça São Nicolau, no Distrito de Mezochi, o projecto de plantação de batata inglesa, onde os horticultores daquela região foram beneficiados, por intermédio de uma linha de crédito, de 3 toneladas de sementes e 1,5 toneladas de adubos e pesticidas.

Através do projeto de Energia, o MAPDR iniciou o processo de plantação de 200 mil plantas de matabala, um equivalente a 20 hectares do cultivo.

De igual modo, e no sentido de melhorar o estado nutricional da população, teve início o projecto COMPRAN que visa melhorar o rendimento e a segurança alimentar e nutricional dos pequenos produtores, especialmente mulheres e jovens nos próximos seis anos.

No quadro dos esforços para melhoria do aprovisionamento em factores de produção, o Governo disponibilizou de forma faseada um montante 3.185.000,00 dobras (Três milhões, Cento e oitenta e cinco mil dobras) dos fundos do Tesouro para aquisição de sementes diversas e adubos orgânicos e, de igual forma, para minimizar a dívida contraída pela Loja LAINA em 2018 que rondavam os 116.000,00 Euros. Como resultado, providenciou-se um abastecimento regular a cima de 300 kilos de sementes diversificadas tais como cebola, tomate, couve, pimentão, cenoura, salsa, alface entre outras e, 25 toneladas de insumos agrícolas.

Os agricultores da comunidade de Caldeira foram beneficiados com alguns lotes de terra abandonadas e alguns kits de materiais agrícolas.

No que concerne as infra-estruturas dos sistemas de irrigação, através do projecto PRIASA II, procedeu-se ao lançamento da obra para reabilitação dos sistemas de Irrigação da zona de Mesquita, Santarém e Uba Cabra.

No mesmo ano, o Governo lançou na zona de Mesquita a campanha nacional “*Bamu Ximiá pá non bê kua Kumé*”, onde apelou a todos os santomenses a plantarem de forma massiça para tirar melhor proveito da nossa terra e a garantirem a auto-suficiencia

alimentar fome zero. Esta campanha surgiu no quadro do cumprimento da Lei nº4/2020, Medidas Orçamentais Extraordinárias para fazer face à pandemia do COVID-19, e o Decreto-Lei nº7/2020, que regulamenta a referida Lei.

Tabela nº 15 - Matriz de políticas agrícolas

Objectivo geral	Objectivo específico	PROGRAMA
Garantir o crescimento agrícola sustentável de pelo menos 6% taxa, que poderia obter uma redução da pobreza nacional e rural, com a respectiva redução de 40,4% e 25,9% do número de pessoas abaixo da linha de pobreza entre 2001 e 2020	Promover a produtividade, aumento da produção agro-pastoral e sua diversificação para as necessidades de consumo alimentar interno, bem como os imperativos da exportação de produtos agrícolas.	Intensificação Sustentável e Diversificação da Produção Agrícola e a Pecuaria Sub-programa: Melhorada produção e da produtividade das culturas Sub-programa: Promoção de produção curto ciclo Sub-programa: Melhoria de aprovisionamento em factores de produção Sub-programa: Pequenas infra-estruturas de apoio à transformação, gestão d'água e dos sistemas d'irrigação
	Servir-se de melhores condições para a implementação das actividades de pesca, numa perspectiva de gestão sustentável dos recursos haliêuticos.	Desenvolvimento Sustentável da Pesca Sub-programa: Fortalecimento das capacidades de capturas da pesca artesanal Sub-programa: Melhorias no abastecimento dos mercados de produtos da haliêuticos Sub-programa: Apoio ao reforço das capacidades produtivas dos armadores nacionais Sub-programa: Reforço das capacidades técnicas e de gestão dos serviços da pesca
	Desenvolver acções que contribuam para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos florestais, hidricos e inertes.	Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Sub-programa: Disponibilização de ferramentas de gestão sustentável dos recursos naturais Sub-programa: Melhoria do nível de informação sobre posse de terra Sub-programa: Gestão de florestas secundarias e a luta

	contra o desflorestamento
Contribuir, através de melhor acesso aos mercados e financiamentos, ao crescimento agrícola, segurança alimentar e redução da pobreza.	Acesso aos Mercados e aos Financiamentos Sub-programa: Melhoria do acesso aos mercados dos produtos agrícolas Subprograma: Apoio ao crédito agrícola e microfinança
Melhorar a situação nutricional dos diferentes grupos alvos (crianças, gestantes, adultos); reduzir as taxas de prevalência de carências e doenças de origem alimentar e promover políticas nutricionais.	Melhoria do Estado Nutricional das Populações e a Gestão de Vulnerabilidades Sub-programa: Melhoria do estado nutricional das populações Sub-programa: Prevenção e gestão dos riscos e crises agrícolas e riscos e alimentares
Assegurar a sensibilização, a formação e capacitação dos actores do desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e os agentes públicos encarregues pela formulação das políticas, pesquisa-desenvolvimento, da produção da transformação e da comercialização dos produtos agro-pastorais e haliêuticos.	Reforço das Capacidade Institucionais Sub-programa Refroço das capacidades das estruturas de pesquisa e extensão Sub-programa: Reforço das capacidades das organizações profissionais no mundo rural (ONGs e associações profissionais agrícolas) Sub-programa: Reforço do quadro jurídico e regulamentar para o sector agro-alimentar Sub-programa : Reforço das capacidades de planeamento, análise, seguimento e de coordenação do sector agrícola Sub-programa: Reforço das capacidades de gestão administrativa e financeira do MADRP

No que concerne as infra-estruturas dos sistemas de irrigação, através do projecto PRIASA II, procedeu-se ao lançamento das obras para reabilitação dos sistemas de irrigação da zona de Mesquita, Santarém e Uba Cabra.

No quadro das medidas orçamentais extraordinárias para fazer face aos efeitos da pandemia do COVID-19, o Governo instituiu, através do Decreto nº24/2020, uma

linha de crédito à economia para fortalecer o sector privado com juros bonificados para os intervenientes dos sectores agropecuário, transformação, conservação e pesqueiro. Os empreendedores elegíveis como pequenos e médios agricultores, pequenos e médios criadores, cooperativas de produtores agrícolas, criadores, pescadores artesanais e semi-industriais, transformadores e conservadores podem beneficiar de um crédito mínimo de USD 5.000,00 e máximo de USD 50.000,00 com um prazo máximo de 48 meses.

De forma a evitar aglomerações de pessoas e propagação do Novo Coronavírus, o Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR) procedeu à descentralização dos centros de venda dos produtos alimentares passando, estes a serem comercializados em cada distrito do país, numa data pré-estabelecida. Os produtos alimentares como banana, matabala, fruta-pão incluindo hortaliças e legumes passaram a ser fornecidos semanalmente enquanto que o comércio de frangos vivos e carne suína passaram a ser quinzenalmente em várias cidades dos distritos de Cauê, Cantagalo, Lembá, Lobata e Me-zochi.

De igual forma, foram realizadas feiras de forma descentralizada por todos os distritos do país, com novo modelo de descentralização por localidades, mercados das cidades e vilas o que permitiu melhorar a comercialização dos produtos agropecuários, intensificar a produção local e dinamizar o mercado interno, adaptando o país ao período de pandemia COVID-19.

No que respeita a produção e produtividade das culturas de exportação, mormente, cacau, café, coco, pimenta, baunilha, óleo de palma, óleo de coco e outros, temos a destacar os seguintes volumes de produção:

Tabela 16 – Volume de produção das culturas de exportação

Empresa/Cooperativas	Principais	Qtde - Ano 2019	Qtde –Ano 1º sem 2020
Agripalma	Óleo de palma	180 toneladas ³	955,86 toneladas
CECAB	Cacau biológico	1300 toneladas	
CECAQ11	Cacau convencional	1200 toneladas	
	Cacau qualidade-biológico	400 toneladas	
CEPIBA	Pimenta	31 toneladas	23 toneladas
CACAFEB	Café	17 toneladas	9 tonelas
	Baunilha		
	Coco		

Fonte: Direcção de estudos e Planeamento do MAPDR

No que refere a exportação, em 2020, o óleo de palma passou a ser o primeiro produto exportado seguido de cacau devido o arranque efectivo da fábrica de produção de óleo de palma da empresa Agripalma. Como resultado, as exportações do óleo de palma tiveram um efeito positivo no balanço comercial do país e consequentemente na taxa de crescimento do PIB.

Por outro lado, importa frisar que no quadro dos investimentos para impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do Agro-negócio tem surgido muitas iniciativas privadas neste domínio com destaque para a transformação do óleo de coco e derivados pela Empresa Valudo, o que valeu-lhe o prémio de vencedora do grande concurso internacional “Óleos do Mundo” realidado em Paris, obtendo a Medalha Gourmet de Ouro levando o óleo de coco e o nome de São Tomé e Príncipe além fronteiras .

³ Até 3º Trimestre

Tabela 17 - Projecto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar II, 2015

Objectivo geral	Objectivo específico	Componentes
Contribuir para um crescimento económico forte e compartilhado, e para segurança alimentar e nutricional de STP	Aumentar de uma forma sustentável a produção, produtividade e o rendimento dos setores agrícola e pesqueiro.	<p><i>Desenvolvimento de infraestruturas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de sistemas de irrigação ▪ Construção de bacia de captação de água ▪ Reabilitação e manutenção de estradas rurais ▪ Infraestrutura de produção, processamento e suporte de marketing ▪ Estabelecimento e monitoramento de dispositivos de agregação de peixes ▪ Construção e reabilitação de mercados de peixe ▪ Equipamento de cadeia de frio ▪ Criação de sistemas de controlo de erosão costeira <p><i>Desenvolvimento capacidades</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento do MADR (estatísticas, monitoramento-avaliação, irrigação, etc.) ▪ Modernização, segurança, atualização para os padrões do CIAT ▪ Apoio para a capacitação do CATAP ▪ Treinamento direcionado para vários agentes DGP e MADR <p><i>Gestão do projecto</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização do sistema contábil e manual de procedimentos ▪ Atividades de gestão, monitoramento-avaliação e comunicação ▪ Auditoria anual de contas ▪ Avaliação de impacto e revisão intermediária ▪ Relatório de Conclusão de Banco e Governo

Pecuária

Neste domínio, os esforços foram desenvolvimentos no sentido de promover a produtividade de animais de ciclo curto, aumentar as produções e a sua diversificação para as necessidades de consumo interno.

Através do Projecto de Reforço das Capacidades em Matéria de Saude Animal realizou-se actividades de sensibilização e engajamento em matéria de saúde animal e segurança sanitária dos alimentos e 89 agentes comunitários de saúde animal foram capacitados.

Tabela nº 18 - Produção interna de carnes 2019-2020 (em toneladas)

Designação	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Carne suína produzida			650 ton	667 ton
Carne de caprinoproduzido			5 ton	5.7 ton
Carne de ovino produzida			3.7 ton	3.9 ton
Carne de bovinos produzida			13 ton	15 Ton

Fonte: Direcção da pecuária

Tabela nº 19 - Importação de pintos

Designação	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Qte de importação de pintos			27.800 bicos	78.716 bicos

Fonte: Direcção da pecuária

Pesca

No âmbito do projecto PRIASA II, procedeu-se a entrega de alguns matérias de pesca, limpeza e kits de protecção para as palaiês de peixe salgado e peixe fumado dos mercados da cidade da Trindade e de Bobô Forro como forma de melhorarem os seus serviços.

Tabela nº 20 - Matriz de política públicas das pescas

<i>Objectivo geral</i>	<i>Eixo</i>
Aumentar a produção para melhorar a segurança alimentar e aumentar os rendimentos através de uma exploração sustentável e conservação dos recursos haliêuticos	Reforço do quadro legislativo e judicial
	Reforma das estruturas organizativas e do quadro institucional
	Desenvolvimento da pesca artesanal
	Melhoria do abastecimento do mercado interno
	Promover a exportação para mercados regionais e para a CE
	Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)
Melhorar o conhecimento e gestão dos recursos	Protecção do ambiente marinho e costeiro

Fonte: Eixos estratégicos do Plano Director das Pescas 2010-2025

Floresta e gestão sustentável dos recursos

Neste domínio, as GOP apresenta o programa *protecção e a preservação do ambiente com* o objectivo de promover ações que concorram para conservação e gestão racional dos recursos naturais florestais e da biodiversidade.

Assim sendo, e a fim de reduzir de forma estruturada e coordenada o abate ilegal de árvores no ano 2020 deu-se continuidade as ações com vista a produção de mudas florestais de valor comercial, alimentar e paisagístico, controlo, fiscalização e sensibilização. Neste sentido, os resultados foram os seguintes: Realizadas 110 Patrulhamentos /fiscalizações, tendo sido apreendidas aproximadamente 1.850,5 m³ de materiais diversos e 43 motosserras; realizadas 727 vistorias, resultando em 1043 pedidos de autorizações de abates de árvores e emitidos 948 guias de transporte; autorizadas cerca de 10.036 m³ de madeira de diferentes espécies autorizadas entre São Tomé e RAP e estima-se que cerca de 13.000 m³ de madeira foram exploradas de forma ilegal; foram igualmente produzidas 17.800 mudas florestais e distribuídas 14.146 nas duas ilhas; Realizadas 36 atividades de sensibilização, envolvendo mais 280 participantes, entre membros de comunidades, alunos e decisores.

Tabela nº 21 - Matriz de políticas públicas florestal

Objectivo Geral	Eixo	Objectivos Estratégicos
Promover a contribuição do sector florestal e da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável do país, através da preservação, conservação, desenvolvimento e utilização racional das florestas e seus recursos para benefício das gerações presentes e futuras.	Coerência e Coordenação na Implementação da Política Florestal Nacional	Adoptar uma política para o sector florestal em São Tomé e Príncipe
	Desenvolvimento da Gestão Sustentável dos Recursos Florestais e Agro-florestais	Fomentar a Gestão e Manejo Sustentável das Florestas Secundárias.
		Promover a gestão e manejo sustentável das florestas de sombra, na perspectiva de um Sistema Agro-florestal.
		Desenvolver a conservação e a gestão sustentável das Savanas, das Florestas Tropicais Secas e Abertas, e dos Mangais.
		Reforçar a participação de todas partes intervenientes, sobretudo os grupos vulneráveis da população na gestão das florestas.
	Monitorização das florestas e combate ao abate ilegal de árvores	Desenvolver os Serviços Permanentes de Inventário Florestal Nacional e de Monitorização das Florestas.
		Reduzir a ocorrência de abate ilegal de árvores e a incidência da utilização de motosserras no processamento da madeira nas florestas.
	Fomento da economia florestal e da indústria madeireira	Melhorar a contribuição do sector florestal para o desenvolvimento económico e o bem-estar da população.
		Promover a indústria de serração da madeira.
	Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica.	Promover a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica
		Assegurar o acesso e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados.
	Formação, Pesquisas e Desenvolvimento de Conhecimentos	Promover formações em matéria florestal e biodiversidade no país.
		Fomentar pesquisas e desenvolvimento de conhecimento no sector florestal.
	Informação, Educação, Comunicação e Sensibilização	Reforçar o desenvolvimento da mentalidade e consequentemente a mudança do comportamento do grande público são-tomense, pela conservação e gestão sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade.

Fonte: Plano de desenvolvimento florestal 2018-2030, 2018

Turismo

Os trabalhos de elaboração do Estatuto Orgânico do Instituto de Turismo de STP tiveram continuidade, no sentido de adequar a base legal e transformar a actual Direcção Geral num Instituto, o que permitiria criar maior autonomia e melhorar o desempenho do sector.

Tabela nº 22 - Matriz de políticas públicas de turismo

Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos:
Preparar São Tomé e Príncipe para o turismo, numa lógica sustentável, com impactos positivos no desenvolvimento local;	<ul style="list-style-type: none">• Garantir o crescimento sustentado da economia;• Promover a inclusão social e o emprego;• Promover a proteção do ambiente e dos recursos naturais;• Defender o património, a diversidade e os valores culturais;• Fomentar a compreensão mútua e a segurança.
Alavancar a notoriedade de São Tomé e Príncipe enquanto destino turístico;	<ul style="list-style-type: none">• Definir o posicionamento estratégico do destino São Tomé e Príncipe;• Transformar os recursos naturais e patrimoniais em produtos turísticos;• Aumentar o conhecimento e reconhecimento internacional de São Tomé e Príncipe e estimular a procura dos mercados com maior potencial de desenvolvimento;• Aumentar o grau de satisfação com a qualidade do destino (agentes turísticos, população residente e visitantes);• Aumentar o fluxo de visitantes.
Melhorar a qualidade da experiência do visitante;	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a qualidade do serviço turístico nas suas várias vertentes;• Sensibilizar as comunidades para a importância da atividade turística no país e para a importância do seu contributo enquanto anfitriões do destino.
Melhorar o desempenho do turismo;	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o RevPAR;• Aumentar a taxa de ocupação;• Aumentar a estada média;• Aumentar o gasto médio do visitante;• Aumentar o fluxo de visitantes;• Diminuir a sazonalidade.
Contribuir para a preservação dos espaços naturais e culturais.	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o grau de satisfação com a qualidade ambiental no destino;• Contribuir para o levantamento das necessidades na criação e manutenção de reservas naturais;• Contribuir para o levantamento das necessidades na proteção de recursos histórico-culturais.

Fonte: Plano estratégico e de marketing para o turismo (2017)

Igualmente, foram formados e capacitados técnicos de diversos sectores públicos e privado implicados no desenvolvimento turístico do país, em matéria de Marketing Digital. A formação visava a partilha de experiências sobre os aspectos ligados à divulgação internacional do turismo através do Marketing Digital.

Água e saneamento

No âmbito da política do Governo em levar água potável a toda a população, garantindo o acesso a água, a obra de expansão do reservatório de água no distrito de Lobata em Maianço foi inaugurada e conta hoje com uma capacidade de 500 metros cúbicos de extensão. Esse reservatório permitiu ainda o abastecimento de água potável em algumas localidades da cidade capital nomeadamente, nas zonas de Boa Morte, Água Marçal, Oquê-Del-Rei, Bairro de Liberdade, Campo de Milho, Bairro Militar, incluindo, o maior centro hospitalar do País, o “Ayres de Menezes” e outras zonas circundantes.

No tocante as questões normativas, inserido no âmbito da reestruturação e fortalecimento do quadro institucional existente, foi aprovando os diplomas que regulamentam a institucionalização da Entidade Gestora da Política Nacional das Águas, o Instituto Nacional de Água (INA), através do Decreto Lei no 17/2020.

No que concerne à atualização e publicação da Estratégia Participativa de Água e Saneamento (EPAS), com a questão de género, foi atualizada a Estratégia Participativa para a Água e Saneamento (EPAS) para 2040, documento de política de referência do setor de água.

No âmbito do Projeto intitulado Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da População de S. Tomé e Príncipe (MAAIS2), Fase 2, foram realizadas manutenções e o cadastro das infraestruturas do setor de água.

No que toca ao saneamento, deu-se continuidade ao projeto de saneamento total liderado pelos membros das comunidades, envolvendo técnicos da DGRNE, da Direcção da Água cuja abordagem usava versava sobre melhoria das práticas de saneamento e higiene nas comunidades para mudança espontânea e sustentável do comportamento de toda comunidade, conscientizar a comunidade sobre a necessidade

da construção das suas casas de banho (latrinas) de modo a pôr fim à defecação a céu aberto e a higienização das mãos depois de defecar.

Tabela nº 23 - Matriz de políticas públicas de água e saneamento

Eixos Estratégicos	Objectivos
P1 - Política e Instituições	Dotar o País de instrumentos jurídicos e legais para o sector da água e saneamento
	Reestruturar e fortalecer o quadro institucional existente
P2 - Gestão Integrada de Recursos Hídricos	Caracterizar os recursos hídricos do país
	Alocar e garantir de forma sustentável água para todos os sectores
	Assegurar a equidade e igualdade entre mulheres e homens na gestão integrada dos recursos hídricos.
P3 - Infra-estruturas	Garantir o acesso a água para todos os usos
	Melhorar a qualidade da água visando a redução de doenças de origem hídrica
	Aumentar o acesso ao saneamento básico
P4 - Educação, Capacitação e Sensibilização	Garantir a existência de pessoas capacitadas para gerir os RH
	Garantir a Mudança do comportamento das pessoas face à gestão da Água e Saneamento

Fonte: Estratégia Participativa de Água e Saneamento, 2010

Energia

Relativamente à eficiência energética houve continuidade das atividades de manutenção dos grupos geradores das centrais térmicas, de Santo Amaro, tendo proporcionado a elevação da potência de produtividade e garantida de 7 MW para os 19 MW.

Quanto ao processo de “manutenção programada” de acordo com os catálogos dos fabricantes das marcas, foram encomendadas as peças no estrangeiro e efetuadas intervenções nos equipamentos.

Poder Local

Os órgãos da Câmara Distrital de Água Grande (Presidentes, Vereadores, Deputados distritais, Diretores da DAF) foram capacitados em matéria de Atribuições e Competências do Poder Local, tendo assim reforçado os seus conhecimentos sobre diversas legislações, nomeadamente a lei das Autarquias Locais (Lei nº 4/2005), Lei das Finanças Locais (Lei nº16/92) e a Lei nº 10/2005.

O balneário público da Praia da Ilha (ex-PM), junto ao Museu Nacional, no Distrito de Água Grande, foi reabilitado. Igualmente, procedeu-se a transferência de todas as feirantes do Mercado Municipal e do Mercado Côcô, na cidade capital, Distrito de Água Grande, para o novo mercado localizado na zona de Bobô Fôrro, para oferecer maior conforto aos feirantes e, por outro melhor dignidade a capital do país.

Foi requalificado o jardim verde do Distrito de Mé-zochi; concluído o Centro digital de Praia Melão; desenvolvidas actividades de manutenção da cascata S. Nicolau e formação e capacitação de 15 funcionários na vertente de atendimentos ao público e ética do profissional no ambiente de trabalho.

Tabela nº 24 - Indicadores e metas - Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego

Indicador	Referência		Ponto de situação			Meta		Fonte de verificação
	2012	2017	2018	2019	2020	2025	2030	
Carne suína produzida	ND	ND	ND	650 ton	667 ton			Direcção de Pecuária
Carne de caprino produzido	ND	ND	ND	5 ton	5,7 ton			Direcção de Pecuária
Carne de ovino produzida	ND	ND	ND	3,7 ton	3,9 ton			Direcção de Pecuária
Carne de bovinos produzida	ND	ND	ND	13 ton	15 ton			Direcção de Pecuária
Quantidade de importação de pintos	ND	ND	ND	27.800 bicos	78.716 bicos			Direcção de Pecuária
Nº de turista que visitam STP	ND	29.193	33.424	34.918	10.718	50.974		Direcção de Turismo e Hotelaria
Nº de instalações turísticas graduadas	ND	ND	ND	283	ND			
Cobertura de acesso à água potável	38%					80,5%	100%	EPAS
Potencial hídrico aproveitado (%)			0,047					
Qt água produzida (m3)	14.360.747	15.754.389	16.743.521	17.085.685				Relatório e Contas da EMAE
• Nascente (m3)	10.103.615	11.262.692	11.285.618	11.347.638				Relatório e Contas da EMAE
• Superfície (m3)	4.257.132	4.491.692	5.457.903	5.738.047				Relatório e Contas da EMAE
Qt água perdida na rede (m3)	6.364.438	7.094.508	7.904.119	7.369.648				Relatório e Contas da EMAE
Qt água perdida na rede (%)	44,3	45,0	ND	ND				Relatório e Contas da EMAE
Nº de Estações de Tratamento de Água-ETA's	16	17	ND	ND				Relatório e Contas da EMAE
Nº de reservatórios	32	34	ND	ND				Relatório e Contas da EMAE
Cobertura água tratada (%)	77	34						Relatório e Contas da EMAE
Nº de cliente de água	16.058	17.372	18.440	19.211				Relatório e Contas da EMAE
Nº de novas adesões de água	1.224	1.314						Relatório e Contas da EMAE
Investimento afecto à água (STN)	79.784.084	153.143.075	17.956.976	10.125.642				Relatório e Contas da EMAE
Nº de Consumidores de água	16.058	17.372	18.440	19.211				Relatório e Contas da EMAE
Cobertura de acesso ao saneamento	30%					76,7%	100%	EPAS

Produção de electricidade (KWh)	109.072.603	97.955	107.884	110.444		Relatório e Contas da EMAE
Perdas no transporte e Distribuição (Mwh)	36.157	34.047	33.658	33.198,6		Relatório e Contas da EMAE
Investimento afecto à electricidade (Dbs)	1.119.487	107.136.870	61.121.268	121.270.906		Relatório e Contas da EMAE
Número de consumidores em alta tensão /Média tensão (Unidades)	15	15	15	15		Relatório e Contas da EMAE
Número de Consumidores em baixa tensão (Unidades)	43.627	46.328	48.496	50.366		Relatório e Contas da EMAE
Índice de Facilidade de Fazer Negócios	44,3	44,7	45	ND	55 ⁴	Banco Mundial, Doing Business Report
Investimento Directo Estrangeiro em % do PIB	8,8	5,1				IMF Staff Report
Taxa crescimento do PIB	3,9	3,0	1,3	3,1	10.5	INE
Inflação	7,7	9	7,7	9,4		INE
Importação de alimentos em % das importações de mercadorias	29,731	29,212	30,937	ND		Banco Mundial ⁶
Importação de matérias-primas agrícolas em % das importações de mercadorias	1,631	1,123	1,569	ND		Banco Mundial ⁷
Importações bens de TIC em % do total de importações de bens	4,212	4,039	3,775	ND		Banco Mundial ⁸
Índice de valor das exportação (2000=100)	505,555	534,264	421,658			Banco Mundial ⁹
Exportações de alimentos em % das exportações de mercadorias	85,404	74,265	87,758	ND		Banco Mundial ¹⁰
Exportações de serviços comerciais (US \$ corrente)	71.592.694	73.928.168	48.567.670.928	23.653.084.924		Banco Mundial ¹¹
Serviços de viagens e turismo em % das exportações de serviços comerciais	92,109	97,308	91.999	69.397		Banco Mundial ¹²
Exportações de mercadorias para economias de	7,898	8,497	32,648	ND		Banco Mundial ¹³

⁴ Pontuação do PALOP melhor classificado no Índice de Facilidade de Fazer Negócio, Ano 2020=ST

⁵ Estudos sugerem que o país precisa crescer mínimo de dois dígitos para reduzir a pobreza.

⁶ <https://data.worldbank.org/indicador/TM.VAL.FOOD.ZS.UN?locations=ST>

⁷ <https://data.worldbank.org/indicador/TM.VAL.AGRI.ZS.UN?locations=ST>

⁸ <https://data.worldbank.org/indicador/TM.VAL.ICTG.ZS.UN?locations=ST>

⁹ <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.MRCH.XD.WD?locations=ST>

¹⁰ <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.FOOD.ZS.UN?locations=ST>

¹¹ <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.SERV.CD.WT?locations=ST>

¹² <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.TRVL.ZS.WT?locations=ST>

baixo e médio rendimento da África Subsaariana em % do total das exportações de mercadorias					
Exportações de mercadorias para economias de rendimento alto em % do total das exportações de mercadorias	88,577	90,607	59,151	ND	Banco Mundial ¹⁴
Exportações de mercadorias para economias de baixo e médio rendimento da Europa e Ásia Central em % do total de exportações de mercadorias	0,13	0,12	1,875	ND	Banco Mundial ¹⁵
Exportações de mercadorias para economias do Mundo Árabe em % do total das exportações de mercadorias.	0,064	0,113	0,713	ND	Banco Mundial ¹⁶
Exportações de mercadorias para economias de baixa e média renda dentro da região (% do total das exportações de mercadorias)	7,898	8,497	32,648	ND	Banco Mundial ¹⁷
Exportações de mercadorias para economias de baixo e médio rendimento na América Latina e Caraíbas, em % do total das exportações de mercadorias.	1,849	0,396	6,252	ND	Banco Mundial ¹⁸
Receitas fiscais em % do PIB	12,7	12,8	12,6	ND	IMF Staff Report
Donativos em % do PIB	10,5	8,5	6,5	ND	IMF Staff Report
Despesas correntes em % do PIB	15,8	16,7	17,5	ND	IMF Staff Report
Déficit primário em % do PIB	-2,4	-4,2	-1,8	ND	IMF Staff Report
Despesas de capital em % do PIB	11,7	9,2	4,9	ND	IMF Staff Report
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro em % do PIB	0,7	1,4	0,1	ND	IMF Staff Report
Dívida pública em % PIB	84,3	96,2	97,7	ND	IMF Staff Report
Saldo da Balança comercial em % do PIB	-29,8	-28,1	-26,619	ND	IMF Staff Report

¹³ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.R6.ZS?locations=ST>

¹⁴ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.HI.ZS?locations=ST>

¹⁵ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.R2.ZS?locations=ST>

¹⁶ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.AL.ZS?locations=ST>

¹⁷ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.WR.ZS?locations=ST>

¹⁸ <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.R3.ZS?locations=ST>

¹⁹ Estimativa FMI, 2021

Os dados, disponíveis sobre a economia santomense, apontam para um crescimento do PIB de 3,1% para 2020, acelerando 0,9 p.p face a 2019, Os impostos sobre produtos (22,9%) lideraram a contribuição para o aumento do PIB, e a seguir, Administração Pública, Defesa e Segurança Social (13%), Saúde (5%), Educação (5,6%) e Construção (5,8%). De notar que a actividade de construção foi a que mais expandiu (de 0,6% em 2019 para 5,0% em 2020) devido ao aumento dos investimentos públicos (+62,1%), mas sua pequena magnitude na estrutura do PIB não permitiu liderar a contribuição para o crescimento, Destaca-se igualmente que a recessão de (-16,2%) das actividades de hotelaria e restauração não contrariou nem anulou o crescimento dos outros sectores da por se tratar de um sector pequeno (4,6% do PIB).

Em 2020, a taxa de inflação foi de 9,4% valores superiores ao período homologado que foi de 7,7% um aumento de 1,7p.p., tendo como causa as medidas tomadas pelo Governo para a não propagação da pandemia de COVID-19 que afectaram fortemente o sector de turismo/hoteleira bem como, as empresas e toda as actividades económicas no país.

Em 2020, os domínios prioritários de intervenção assentaram-se fundamentalmente nas áreas de infra-estruturas, com destaques para as infra-estruturas de transportes de captação e distribuição de água às populações; melhoria na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica às populações; reforço e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis; reforma nos sectores da Justiça, Finanças Públicas e Ambiente de Negócios, bem como a melhoria dos cuidados de saúde.

Porém, o desempenho foi marcado pela eclosão sem precedente da pandemia COVID 19, onde o país foi afectado, condicionando a implementação do Programa de Investimento Público e a actividade económica e social, obrigando que medidas excepcionais fossem adotadas no âmbito dos setores da Saúde, Educação, Agricultura, Proteção Social e Administração Interna.

Não obstante isto, alguns indicadores conheceram melhorias substanciais, como: i) carne suína produzida, 667 toneladas em 2020 contra 650 toneladas em 2019, ii) Quantidade de pintos importados e distribuídos , 78.716 bicos em 2020, contra 27.800 em 2019; iii) produção de electricidade (kwh) 110.444 em 2020, contra 97955 em 2018 e 107.884 em 2019.

Eixo III- Melhoria da Qualidade de Educação, Saúde e Proteção Social

As políticas sociais, sobretudo no contexto de pobreza, são os investimentos mais estratégicos que os Estados podem fazer para o crescimento económico e bem-estar social, porque são elas que determinam no longo prazo a qualidade e competitividade do capital humano.

O presente eixo contempla os domínios de política social, designadamente educação, saúde e proteção social.

Educação

No domínio da Educação, as restrições no funcionamento do escolar foram implementadas faseadamente. A Emergência Sanitária teve lugar entre Janeiro à Junho, e Estado de Calamidade, entre Julho à Setembro.

Na primeira fase, o esforço do Governo concentrou-se na realização de atividades de mitigação dos efeitos da COVID – 19 no país. Neste quadro, foi elaborado um Plano de resposta ao novo coronavírus, com a finalidade de promover uma aprendizagem de qualidade, protegendo simultaneamente a saúde e o bem-estar de uma comunidade escolar de aproximadamente 70 mil estudantes, 3 mil professores e um número não especificado de pessoal não docente.

Não obstante a suspensão das aulas durante o período de Março a Junho de 2020, foram tomadas as medidas:

- Encerramento de todas as escolas públicas e privadas e estabelecimento dos serviços em apenas 1 período, de forma alternada; laborou-se um Plano de Contingência (Comissão de coordenação/ e de monitorização);
- Garantia dos serviços mínimos diários e indispensáveis, nos estabelecimentos de educação;
- Introdução de aulas à distância para os 3 níveis de ensino (Pré-escolar, Básico e secundário) através da rádio aula, tele aula na TV e no site do MEES para divulgação de todos os suportes educativos, principalmente nas disciplinas chaves;

- Mobilização de recursos financeiros e alimentação para Apoio Social às crianças e jovens mais vulneráveis (cestas básicas com produtos alimentares e kits de higiene) para cerca de 10 mil crianças. As referidas cestas básicas foram preparadas com os produtos que já existiam nos armazéns das escolas, mais o reforço dos parceiros, sobretudo UNICEF e PAM. Estas atividades se enquadraram na preparação de mais um Primeiro de Junho, mês da Criança;
- Preparação de fichas para desenvolvimento de actividades psicomotoras, ao nível da Pré-escolar;
- Criação de equipa e elaboração de cenários para reabertura das aulas presenciais, finalização do ano lectivo 2019/2020 e início do ano lectivo 2020/2021.

Relativamente ao Ensino Superior, durante o período de suspensão das aulas presenciais houve a mobilização de professores da Universidade de S. Tomé e Príncipe – USTP, para dar continuidade aos trabalhos com os respectivos alunos, utilizando diversas redes sociais e plataformas online.

Quanto à segunda fase, o período de Estado de Calamidade foram realizadas as seguintes medidas:

- Regresso às aulas dos alunos da 12^a classe, durante 2 semanas para aulas de revisão nas disciplinas prioritárias;
- Realização de exames Nacionais aos alunos da 12^a classe;
- Reabertura das aulas presenciais em todas as Universidades tanto públicas como privadas;
- Reabertura das aulas dos Ensinos Técnicos e profissionais públicos e privados;
- Realização de procedimentos para o encerramento do ano lectivo anterior 2019/2020 em todos os níveis de educação e ensino (incluindo a atribuição e publicação de notas, realização das matrículas);
- Preparação de condições organizativas para o início do ano lectivo 2020/2021 (elaboração de calendário escolar e de protocolo de Medidas Sanitárias).

Quanto aos resultados obtidos, e com vista à melhoria de acesso e acessibilidade das crianças e alunos às escolas, destacam-se os seguintes:

Inauguração de obras de construção e reabilitação de salas de aulas, escolas, jardins e creches, nomeadamente: Jardim de Arribana (comunidade agrícola no Distrito de

Lembá); Beneficiações do Jardim da Comunidade de Lembá (Distrito de Lembá); Beneficiações do Jardim de Laranjeira (Distrito de Lobata); 3835- Construção do Jardim da Comunidade de Santarém (Distrito de Água Grande); 3836- Construção do Jardim de Bôbô-Forro; Reabilitação da Creche de Vigoso; Reabilitação da Escola Básica de Obô-Rosema (Distrito de Lembá); Construção de Escola Básica na cidade de Neves (Distrito de Lembá); Reabilitação da Escola Básica de Ribeira Afonso; 6467- Reabilitação da Escola Básica 1º de Junho (Distrito de Água Grande); 6071- Construção da Escola Secundária Básica de Desejada (Distrito de Lobata); Construção da Escola Básica na Comunidade de Mestre António em Santana (Distrito de Cantagalo); Construção da Escola Básica de Comunidade de Ribeira Funda (Distrito de Lembá); Reabilitação da Escola Integrada de Vigoso – (Fernanda Margato); Reabilitação da Escola Básica de Riboque Santana; Reabilitação da Escola Básica de Praia das Conchas. Beneficiações a novas instalações na Escola Básica de Atanásio Gomes para cegos e amblíopes; Construção da Escola Básica de Comunidade de Monte Café (Distrito de Mé Zochi); Reabilitação da Escola Básica da Comunidade de Uba-Budo; Construção de 8 barracas em Escola Secundária de Bombom face à COVID- 19; Construção de 2 barracas em Jardim Páscoa de Carvalho face à COVID-19; Construção de 1 barraca no Jardim Alda Espírito Santo face à COVID-19; Reparação de refeitório da Escola Básica de Pantufo; Construção de 2 barracas na Escola Básica de Bôbô-Forro face à COVID-19; Instalação “Pontos de lavagem de mãos” (Lavatórios) através de financiamentos OGE/Helpo e Construção e instalação de “Pontos de lavagem de mãos” artesanais (blocos e cimento); Aquisição e adaptação de depósitos e bidons de água em parceria com UNICEF; Distribuição ao nível nacional, de produtos de higienização às escolas; com financiamento do OGE/China/Helpo/GPE; Distribuição ao nível de todos os Distritos incluindo a Região Autónoma do Príncipe (RAP), de cestas básicas para crianças vulneráveis; Implementação de Políticas Sociais de combate ao absentismo escolar (redução das taxas de matrículas e de propinas em 40% nas instituições de educação e ensino públicos, isenção de alguns documentos nas classes subsequentes); Abertura de um espaço radiofónico semanal para sensibilização e divulgação de Medidas e Acções do MEES; Elaboração de Protocolo de Saúde e Segurança dos estabelecimentos escolares ao nível nacional; Abertura de concurso para contratação de novos professores, como consequência das medidas de Saúde e segurança, realizado pelo MEES/DAF; Formação da comunidade educativa sobre medidas de saúde e segurança de combate ao COVID-19. (Delegados Distritais da Educação, Gestores,

professores delegados sindicais) com apoio do Ministério da Saúde (MS); Formação de componente Pedagógica em Língua Francesa para Professores dos Ensinos Básico e Secundário e finalistas do curso de Ensino de Francês na FCT/USTP, realizada pela Aliança Francesa; Formação em Educação Abrangente em Sexualidade (EAS) para futuros jornalistas/estudantes do curso de Jornalismo do ISEC/USTP, no ISEC.

Conclusão da primeira fase das aulas à distância; Aquisição de meios rolantes para Delegados Distritais de Educação, tendo como fonte de financiamento UNICEF; Premiação dos melhores alunos de níveis básico e secundário de todo o país, incluindo a Região Autónoma do Príncipe; Apoio às Associações dos Estudantes das Escolas do Ensino Secundário (na organização e regulamentação das Associações, oferta de materiais de escritório e artigos de identificação dos associados), com financiamento do UNFPA.

Tabela nº 25 - Matriz de política pública educativa

Objectivo geral	Objectivo específico	Programa
<p>Garantir o acesso a uma educação e formação equitativa, inclusiva, inovadora e de qualidade, da Pré-Escolar ao Ensino Superior, que promovam o desenvolvimento do capital humano.</p>	<p>Garantir, de maneira gradual e sustentável, o acesso a uma educação e ensino de qualidade de 11 anos (2 anos de Pré-escolar e 9 anos do Ensino Básico), universal, gratuito (tendencialmente gratuito) e obrigatório para as crianças</p>	<p><i>Educação Pré-escolar</i> Objetivos: 1) Aumentar o acesso universal, obrigatório, inclusivo, equitativo e gratuito às crianças santomenses (4-5 anos) à Educação Pré-escolar 2) Proporcionar às crianças santomenses uma Educação Pré-Escolar de qualidade com o desenvolvimento das competências básicas que as preparem para a vida e para o nível subsequente</p> <p><i>Ensino Básico</i> Objetivos: 1) Reduzir as taxas de insucesso dos alunos do Ensino Básico 2) Melhorar a aprendizagem dos alunos do Ensino Básico 3) Garantir a igualdade de oportunidade a todos os alunos, independentemente da zona de residência, do nível de vida das famílias e do género</p>
	<p>Promover, de maneira gradual e sustentável, a expansão do Ensino Secundário e Técnico Profissional de qualidade e diversificada, que permita aos jovens prepararem o seu futuro, seja pelo acesso ao Ensino Superior, seja pelo ingresso na vida activa</p>	<p><i>Ensino Secundário e Técnico Profissional</i> Objetivos: 1) Aumentar o acesso no Ensino Secundário e Técnico Profissional 2) Melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos dos Ensinos Secundário e Técnico Profissional 3) Alinhar a oferta de programas de ensino técnico profissional com as necessidades do mercado de trabalho</p>
	<p>Desenvolver uma Educação de Jovens e Adultos que permita elevar os níveis de literacia e de qualificação académica e/ou profissional de públicos que não se enquadram no sistema de ensino regular</p>	<p><i>Educação de Jovens e Adultos</i> Objetivos: 1) Reduzir o analfabetismo em São Tomé e Príncipe 2) Melhorar o acesso e a qualidade da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Recorrente)</p>
	<p>Desenvolver um Ensino Superior de qualidade, integrado e adaptado às reais necessidades do mercado de trabalho santomense, dando prioridade à formação realizada no país</p>	<p><i>Ensino Superior</i> Objetivos: 1) Aumentar, de forma regulada, o acesso ao Ensino Superior, assegurando condições de equidade 2) Melhorar a qualidade do Ensino Superior e a adequação da formação às demandas do mercado de trabalho nacional e internacional e às necessidades de desenvolvimento do país</p>
	<p>Implementar uma política consistente e sustentável de formação e gestão docente, pautada por critérios de</p>	<p><i>Formação e Gestão dos Docentes</i> Objetivos: Promover a valorização e a qualidade do desempenho docente 2) Melhorar a formação e a eficiência da</p>

<p>rigor e exigência, de forma a responder aos desafios da qualidade e da eficiência do sistema educativo;</p>	<p>gestão do corpo docente</p>
<p>Promover o desenvolvimento de mecanismos institucionais para uma gestão eficiente do sistema educativo santomense</p>	<p><i>Gestão eficiente do sistema educativo e desenvolvimento de capacidades institucionais</i> Objectivo: 1) Melhorar a eficiência do sistema educativo e as capacidades institucionais</p>
<p>Garantir a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais, proporcionando-lhes condições de acessibilidade, de materiais e apoio pedagógico diferenciados;</p>	<p><i>Temas Transversais:</i> a) Ensino Especial Inclusivo, Objectivo: 1) Assegurar a inclusão no sistema dos alunos com NEE b) Alimentação e Saúde Escolar Objectivos: 1) Proporcionar às crianças, do pré-escolar e do Ensino Básico (1o. e 2o. ciclos), uma refeição diária saudável e equilibrada de modo a contribuir para o desenvolvimento físico e cognitivo, melhorando acesso, permanência e sucesso escolar 2) Proporcionar uma Educação de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRR) aos jovens santomenses c) Tecnologia e Inovação Objectivo: 1) Estimular o uso da Tecnologia e Inovação no processo de ensino-aprendizagem</p>
<p>Desenvolver os mecanismos de planificação e de monitoria e avaliação dos indicadores educacionais e financeiros, no sentido de produzir informações consistentes, que facilitem a elaboração das políticas educativas e a coordenação entre os governantes e os parceiros de desenvolvimento.</p>	

Fonte: Carta de Política Educativa 2019-2023

Saúde

Neste domínio, foram adquiridos materiais de comunicação, equipamentos sanitário, materiais médicos, medicamentos, reagentes, máscaras, testes rápidos, câmaras frigoríficas para Morgue do Hospital Ayres de Menezes, aparelho bioquímico, assim como aluguer de aviões para transporte de materiais para fazer face à pandemia.

De referir que também foi elaborado o plano de contingência, o orçamento do sector de vigilância e do sector epidemiológico, para fazer face ao paludismo e doenças relacionadas com COVID-19.

Tabela nº 26 - Matriz de política de saúde

Visão	Objectivos
Melhoria do estado da saúde em São Tomé e Príncipe, com uma cobertura nacional equitativa, tornando-se referência na sub-região do golfo da guiné no horizonte 2030	Melhorar a disponibilidade e a capacitação dos recursos humanos;
	Melhorar a disponibilidade de medicamentos, vacinas e consumíveis de qualidade;
	Ampliar e melhorar a acessibilidade da cobertura geográfica aos serviços de saúde
	Melhorar a sustentabilidade financeira dos serviços de saúde;
	Melhorar a qualidade e a procura de serviços no controlo de doenças;
	Reforçar os hospitais nacionais de referência, investigação e tratamento;
	Informatizar todo o sistema de saúde para melhor controlo e gestão de informação.

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Saúde 2017-2021 (2017)

No quadro do Programa de Luta contra Paludismo, destaca-se as seguintes realizações :

i) Atélief para ajuste do Plano Estratégico 2017- 2021 e a Elaboração de BUSINESS PLAN 2022-2024 para eliminação do paludismo no País; ii) Busca ativa: foram realizadas ações de busca ativa de casa em casa em todas as localidades para detetar casos de paludismo e trata-los de acordo com as diretrizes nacionais; iii) Tratamento e Seguimento dos casos (Manejo de caso): Apesar da pandemia de Covid-19, todos os casos febris que procuram as unidades sanitárias foram submetidos a teste de

despistagem (TDR e /ou Microscopia), os casos confirmados foram tratados de acordo ao protocolo em vigor e seguidos durante 28 dias; iv) Realização de Captura Noturna dos mosquitos por isca humana; v) Prospeção dos criadouros larval; vi) Bioensaio do inseticida nas paredes das casas pulverizadas; vii) Realização de campanha de pulverizada em massa apenas em Água Grande e focalizadas em outros distritos incluindo na RAP; Viii) Realização de pulverização interciclos em algumas localidades dos distritos de Lobata, Lembá, Cantagalo, Mé-Zóchi e Água Grande e ix) procedeu-se a distribuição de mosquiteiros impregnados de longa duração de ação (MILDA) em algumas localidades.

No tocante a capacitação, 120 técnicos de Saúde (médicos, enfermeiros e informáticos), foram capacitados na utilização do sistema de informação em saúde DHIS2. Pretende-se com esta ação de formação a inserção dos dados dos pacientes, assim que forem atendidos nas Urgências e nas Consultas Externas, com objetivo de proporcionar um melhor serviço à população.

Proteção Social

No domínio da Proteção Social, o Programa de Apoio às famílias carenciadas de São Tomé e Príncipe, financiado através do Banco Mundial, cerca de 2.624 famílias carenciadas no país foram beneficiadas com o pagamento antecipado, num montante de 2.400 dobras, devido o novo corona-vírus em São Tomé e Príncipe, no final do mês de Março. A antecipação do pagamento circunscreveu-se na tomadas de medida de mitigação contra (Covid-19) para que as famílias antecipassem as compras e limitassem as saídas de casa. Ainda no âmbito da mitigação do impacto negativo da covid 19, foram distribuídas 25 mil cestas básicas às famílias mais vulneráveis, concretamente as famílias que não eram beneficiados pelo programa família, os idosos na lista de espera do Programa de Apoio às Família carenciadas, os pensionistas e centros de acolhimento das crianças e adolescentes.

Por outro lado, 511 famílias beneficiaram das ações MPTF que consiste em garantir o acesso das famílias mais vulneráveis aos alimentos, as infraestruturas de conservação e melhores condições de trabalho, tendo beneficiados de produtos tais como, sementes de rápido crescimento, fertilizantes e ferramentas básicas a fim de melhorarem a produção agrícola nas suas parcelas e nos seus quintais, fruto da parceria entre o Governo e os diferentes parceiros das Nações Unidas.

Outro campo de ação social consistiu na implementação de programa de Educação Parental, que através dos trabalhos sociais desenvolvidos foram sinalizados 138 casos associados à situação do uso excessivo de bebidas alcoólicas, situação de violência doméstica, sobretudo nos distritos de Lembá 15 casos e Caué 15, em que recebem destaque devido a sua dimensão em relação aos outros distritos como Cantagalo com 35 casos, Me-zóchi 19, Água Grande 32 e Lobata 22. Estas famílias cujo perfil de idade são compreendidas entre 27 e 53 anos, onde prevalece a característica de família Nuclear Heteroparental com número de filhos que variam entre 4 e 5 filhos menores em idade escolar, o que facilitará assegurar uma proteção mais integral às crianças.

Tabela nº 27 - Matriz de política de proteção social

Visão	Objetivos estratégicos	Objetivo específico
<p>Estabelecer um sistema de proteção social que proteja de forma efetiva todos os santomenses contra os efeitos negativos dos riscos e vulnerabilidades originários de choques externos ou internos ou inerentes ao ciclo de vida, em especial os mais pobres e vulneráveis como as crianças e que contribua para eliminar a extrema pobreza no país nos próximos dez anos.</p>	<p>Eliminar a extrema pobreza através de transferências monetárias condicionadas para as famílias em extrema pobreza e de ações que facilitem a formação do seu capital humano e do seu acesso aos serviços básicos, dando prioridade às famílias em extrema pobreza com membros portadores de deficiência ou órfãos e famílias em extrema pobreza monoparentais com filhos, através de um sistema harmonizado de intervenções do regime de proteção social da cidadania.</p>	<p>Cobrir a brecha programática existente que deixa exposta ao risco as famílias em extrema pobreza através de uma transferência pecuniária condicionada que reduza seu deficit de rendimento</p> <p>Cobrir a brecha programática existente que deixa expostos os riscos aos jovens, mulheres e chefes de família em extrema pobreza sem emprego ou outras fontes de rendimento, através de um fundo para financiar iniciativas das comunidades.</p> <p>Assegurar o acesso das crianças e idosos mais pobres e vulneráveis aos serviços de saúde, nutrição e educação.</p> <p>Fortalecer os serviços de assistência social e assistência especializada aos grupos mais vulneráveis</p> <p>Aumentar as prestações do programa de pensões sociais e a cobertura às pessoas pobres portadoras de deficiência ou com doenças crônicas que não podem trabalhar e, na medida da capacidade financeira do governo, estender a pensão social a outros grupos da população para estabelecer um piso de proteção social para toda a população.</p>
	<p>Desenvolver e ampliar o sistema sustentável de proteção social obrigatória e contributiva que cubra de uma forma eficaz os riscos da invalidez, velhice e morte para todas as famílias que participem no sistema.</p>	<p>Continuar a fortalecer a gestão administrativa de INSS</p> <p>Aumentar o número de assalariados abrangidos pelo INSS</p> <p>Aumentar a solidez financeira do INSS</p> <p>Aumentar o nível das pensões</p> <p>Aumentar a cobertura do seguro social</p> <p>Aumentar a transparência e melhorar a governabilidade do seguro social</p>
	<p>Promover a empregabilidade e o acesso ao trabalho seguro e digno</p>	<p>Assegurar a prática de trabalho decente e a eliminação da exploração dos grupos vulneráveis, especialmente o trabalho infantil.</p>

<p>particularmente entre grupos suscetíveis de não participar no mercado de trabalho como os jovens, as mulheres e as pessoas portadoras de deficiência e eliminar o trabalho infantil.</p>	<p>Promover um trabalho digno para homens e mulheres, especialmente para os jovens.</p>
<p>Dispor de procedimentos eficientes de gestão da Política e Estratégia Nacional de Proteção Social e dos seus programas incluindo os procedimentos de identificação (focalização), registo de beneficiários, pagamentos, reclamações e seguimento e avaliação.</p>	<p>Contar com um sistema de gestão da informação moderno e eficiente Dotar a Direção de Proteção Social e Solidariedade com um sistema de identificação e seleção de beneficiários efetivo (mecanismo de focalização) Contar com um sistema harmonizado de registo de beneficiários Contar com um sistema de pagamento de benefícios eficiente, de baixo custo e confiável. Assegurar que todos os programas contam com um sistema de atendimento a reclamações. Assegurar que a DPSS conta com os recursos humanos e materiais para implementar o sistema de proteção social da cidadania eficiente.</p>
<p>Dispor dos mecanismos de coordenação institucional para assegurar o uso eficiente dos recursos disponíveis e a prossecução dos objetivos desejados.</p>	<p>Contar com os mecanismos de coordenação da execução da Política Nacional e Estratégia de Proteção Social. Contar com um sistema de referências aos programas para capitalizar suas complementaridades e gerar sinergias</p>

Fonte: Quadro de política sectorial, Política e Estratégia da Proteção Social, 2014

Tabela nº 28 - Indicadores e metas - Melhoria da Qualidade de Saúde e Proteção Social

	Indicador	Referência	Ponto de situação				Meta		Fonte de verificação
		2017	2018	2019	2020	2023	2030		
EDUCAÇÃO									
Educação Pré-Escolar	INDICADORES DE RESULTADO								
	Taxa líquida de escolarização das crianças de 4-5 anos	78,6%	83%	86%	ND	95%	100%	Carta de Política Educativa 2019-2023	
	% de crianças que entram para a 1ª classe com competências desenvolvidas	ND	ND	ND	ND	75%	100%	Carta de Política Educativa 2019-2023	
	Taxa de repetência (1ª a 4ª classe)	7%	8%	8,90%	ND	5%	5%	Carta de Política Educativa 2019-2023	
	INDICADORES DE PROCESSO								
	Rácio criança/educador e auxiliar pedagógico	19	17	15	ND	15	15	Carta de Política Educativa 2019-2023	
	% dos docentes com formação pedagógica	18%	11%	13%	ND	70		Carta de Política Educativa 2019-2023	
	Ensino básico	Taxa de repetência (1ª a 4ª classe)	7%	8%	8,90%	ND	5%	5%	Carta de Política Educativa 2019-2023
Taxa de repetência (5ª e 6ª classe)		17%	20%	17,20%	ND	14%	5%	Carta de Política Educativa 2019-2023	
Taxa de repetência (7ª a 9ª classe)		25,4%	27%	24,40%	ND	22%		Carta de Política Educativa 2019-2023	
Taxa de conclusão (1ª a 4ª classe)		ND	92%	92%	ND	90%		Carta de Política Educativa 2019-2023	
Taxa de conclusão (5ª e 6ª classe)		ND	80%	74,4%	ND	85%		Carta de Política Educativa 2019-2023	

	Taxa de conclusão (7ª a 9ª classe)	ND	65%	67%	ND	80%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Taxa de bandono – 7ª a 9ª classe	12,2%	8,10%	8,20%	ND	11%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Ensino Superior	INDICADORES DE RESULTADO							
	% de estudante na USTP de famílias de baixa renda	ND	ND	ND	ND	80%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de corpo docente efectivo no ensino superior público	16%	12%	17%	20%	25%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADOR DE PROCESSO							
	% de aluno bolseiros do ensino superior público interno	20%	2%	17%	21%	26%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de alunos bolseiros do ensino superior privado inteiro	80%	33%	52%	32%	86%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de professores com Doutorado no ensino superior público	3%	8%	4%	5%	6%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Formação e Gestão de Docentes	INDICADORES DE RESULTADO							
	% de docentes com formação pedagógica-Ensino Básico (7ª a 9ª classe)	ND	35%	31%	ND	60%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de docentes com formação pedagógica-Ensino Secundário (10ª a 12ª classe)	ND	53%	ND	ND	60%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADOR DE PROCESSO							
	% de professores do ensino básico certificados	ND	42%	45%	ND	55%		Carta de Política Educativa 2019-2023
% de docentes com formação na pré-escolar	20%	30%	40%	ND	50%		Carta de Política Educativa 2019-2023	

	% de docentes com formação pedagógica-Ensino Básico (1ª a 6ª classe)	31%	33%	34%	ND	70%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Ensino Especial Inclusivo	INDICADORES DE RESULTADO							
	% de crianças 4 - 5 fora da escola com NEE incluídas no sistema de ensino regular Pré-escolar	27,40%	24,50%	15%	15%	15%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de crianças de 6 a 11 anos fora da escola com NEE incluídas no sistema de ensino regular Básico	14%	14%	16%	20%	60%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de crianças de 12 a 17 anos fora da escola com NEE incluídas no sistema de ensino regular Secundário	16%	18%	18%	19%	60%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	INDICADOR DE PROCESSO							
	% de docentes no ensino Pré-escolar que incluíram formação no âmbito das NEE	10%	10%	10%	10%	50%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de escolas do ensino pré-escolar e básico equipadas com condições de acessibilidade (rampas e /ou sanita com suporte para aluno cadeirante)	2%	2%	2%	2%	5%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	% de docentes no ensino secundário que incluíram formação no âmbito das NEE	2%				30%		Carta de Política Educativa 2019-2023
Gestão eficiente do sistema educativo	INDICADORES DE RESULTADO							
	% de escola pública apetrechadas com	ND	82%	82%	82%	80%	100%	Carta de Política Educativa 2019-2023

	equipamentos informáticos para a gestão de 8 escolas que tenha pelo menos 1 computador e 1 software de gestão instalado no computador-SIGE							
INDICADOR DE PROCESSO								
	Número de escolas com o padrão mínimos de qualidade atingidos	ND				30%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Número de escolas com projecto piloto de autonomia e gestão participada	ND	ND	ND	ND	10%		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio alunos-turma (Pré-escolar)	32	42	40	ND	32		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio alunos-turma Ensino Básico (1º ciclo)	35	35	34	30	25		Carta de Política Educativa 2019-2023
	Rácio alunos-turma Ensino Básico (2º ciclo)	45	46	44	33	30		Carta de Política Educativa 2019-2023
SAÚDE								
	Índice de desenvolvimento humano	0,589	0,609	0,625	ND			PNUD, Human Development Report
	Esperança de vida à nascença	66,80	70,2	70,4	ND			PNUD, Relatório Desenvolvimento Humano
	Doenças de veiculação Hidrica	3.253	8.480	10.280	ND			Departamento de Epidemiologia, DCS
	Taxa de incidência de paludismo STP	12,5	14,6	11,9	9,2			CNE/PNLP

	Incidência do paludismo em crianças < 5 anos STP			5,8/1000 (183/31667*1000)			Meta 2020/ (3,2/1000) [104/32599*1000] Meta 2021 (2,5/1000) [83/32949*1000]	PNLP/Distrito HAM
	Casos de paludismo por ano STP	2464	2940	2457	1944		Meta 2020 - 1716 Meta 2021 - 1201	PNLP/Distrito HAM
	Casos de paludismo <5 anos STP	ND	ND	183	ND		Meta 2020 - 128 Meta 2021 - 89	PNLP/Distrito HAM
	Casos de paludismo >5 anos STP	ND	ND	2274	ND		Meta 2020 - 1588 Meta 2021 - 1112	PNLP/Distrito HAM
	Casos de HIV STP	707	820	842			45 confirmados em 2020	CNE/PNLHIV-SIDA/TB-2020
	Casos de Tuberculose STP	143	152	142	ND		91 em 2020	Programa Nacional de Luta contra Tuberculose
	Taxa de Incidência de TB por 100.000 HB (2015-2020)	ND	ND	M - 88 F - 50	ND		M - 51 F - 35 confirmados em 2020	Programa Nacional de Luta contra Tuberculose
	Taxa de Mortalidade Infantil %	33,6	32,5	31,4	30,4	27,4	20,7	

São Tomé e Príncipe, conheceu nos últimos anos, algum progresso ao nível do desenvolvimento social, o que levou a que a comunidade internacional, e sobretudo as Nações Unidas, propuse-se a graduação do país, de Menos Avançado para país de Desenvolvimento Médio, transição esta, que deve ocorrer nos próximos anos, na base de uma estratégia nacional de transição suave a ser elaborada pelas autoridades nacionais, em articulação com as Nações Unidas. Estas melhorias são expressas sobretudo, através do Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que integra indicadores de saúde e educação e do Índice de vulnerabilidade Económica do país, medidas estas que avaliam a qualidade de vida e o desenvolvimento económico de uma população.

Não obstante isto, os desafios ao nível da educação são enormes. (A título de exemplo a i) taxa líquida de escolarização das crianças de (4-5 anos) foi de 86% em 2019 contra 83% em 2018 e 78,6% em 2017; ii) rácio criança/educador e auxiliar pedagógico 15 em 2019, contra 19 em 2017; iii) taxa de conclusão (1^a-4^a) classes 92% em 2019 ; iv) taxa de conclusão (5^a-6^a) classes 74,4% em 2019, contra uma meta traçada de 80% para 2023; vi) taxa de conclusão(7^a-9^a) classes 67% em 2019, contra 65% em 2018, face a uma meta de 80% em 2023; vii) uma taxa de abandono de (7^a a 9^a) classes que tende a cair 8,20% em 2019, contra 12,2% em 2017.

No que concerne ao sector da saúde, em 2020 registou-se 1944 contra 2.457 casos registados de paludismo. Porém a meta estipulada para o ano 2020 foi de 1.716 casos. É de destacar que nos dois anos não houve óbitos.

Devido a pandemia de Covid-19 o país conheceu vários aumentos de casos de paludismo o que levou o Programa Nacional de Luta Contra Paludismo a elaborar 3 planos de emergência aplicando ações que visavam eliminar os focos epidémicos nos distritos onde foram considerado como epidemia (Distrito Lembá, Mé-Zochi, e Lobata incluindo Água- .grande) apoiado pelos parceiros , como a China, UNICEF e OMS).

No entanto, é de destacar que tem havido uma redução de taxa incidência de paludismo de 2016 à 2020. Em 2020 houve uma redução na taxa de incidência de paludismo 9,2 quando comparado com o ano 2019, que era 11,9.

São Tome e Príncipe registou progressos na luta contra o paludismo que o torna elegível à eliminação em 2025. Porém um esforço considerável é necessário para manter estes ganhos e inverter a tendência atual do paludismo no país, através de: i) uma intensa ação de resposta com implicação de todos os sectores públicos e privados, da sociedade civil,

da comunidade e dos parceiros; ii) Expansão de Tratamento de Massa nas localidades mais afetadas; iii) Envolvimento de meios de comunicação para apoiar no reforço da sensibilização e comunicação nas comunidades (TVS, RNSTP, Rádio jubilar, Rádio Viva, e Rádios Comunitários) e as companhias de telecomunicações (CST e UNITE; iv) Realização da formação dos microscopistas e técnicos de laboratórios em diagnóstico laboratorial do paludismo.

Segundo Relatório de desenvolvimento humano do PNUD, de 2020, o Índice de Desenvolvimento Humano de STP em 2019 foi de 0,625 contra 0,589 em 2017, o que demonstra o nível de progresso observado nos últimos anos em matéria de desenvolvimento sócio-económico ou humano alcançando o nível de desenvolvimento médio, e situando-se no 135ª posição no ranking mundial.

Relativamente ao apoio às famílias vulneráveis, 2.624 agragados familiares foram beneficiados com o programa família vulneráveis e 3045 receberam uma assistência das autoridades no âmbito do subsídio contínuo e não contínuo.

EIXO IV- Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento

Negócios Estrangeiros e Cooperação

Relativamente ao Eixo IV (*Política Externa ao Serviço do Desenvolvimento*), constatou-se o seguinte:

No âmbito da diplomacia e como forma de melhorar a Gestão da Política de Relações Exteriores, o Governo inaugurou o Consulado Geral de São Tomé e Príncipe no Reino de Marrocos e reabilitou e instalou o edifício de MNECC.

Tabela nº 29 - Indicadores e metas - Política Externa ao Serviço de Desenvolvimento

Indicador	Referência	Ponto de situação			Meta	Fonte de verificação
	2017	2018	2019	2020	2030	
Nº de embaixadas e missões diplomáticas	9	9	9	9		PIP
Gastos com embaixadas e missões diplomáticas em % do total de política externa	72%	74%	76%		ND	DCP/MPFEA
Despesas públicas com embaixadas e missões diplomáticas	43.253	46.321	40.730	ND		DCP/MPFEA
Nº de embaixadores						
Nº de terceiros secretários					ND	

O número de embaixadores e missões diplomáticas manteve-se o mesmo entre 2017 e 2020 e Gastos com embaixadas e missões diplomáticas em percentagem do total de política externa têm oscilado entre 2017 e 2019, tendo conhecido um ligeiro aumento em 2019, 76% contra 74%.